



VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

## SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XXVI ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
José de Almeida Cesário  
António João Rodeia Machado  
António José Carlos Pinho

## SUMÁRIO

Às 18 horas e 10 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr Presidente da República (Jorge Sampaio), o Sr Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos) — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Jaime Gama), em representação do Sr Primeiro-Ministro, o Sr Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Sr Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretaria-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI, o Adjunto do Presidente da Assembleia da República da República para os Negócios Estrangeiros e os Secretários do Protocolo do Estado.

No Hemiciclo encontravam-se já, alem dos Deputados e Ministros, o Ministro da República para a Madeira, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, os Chefes dos Estados-Maiores da Armada, da Força Aérea e do Exército, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado José Manuel Galvão Teles, Maria de Jesus Serra Lopes e João Soares, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça Conselheiros Nunes da Cruz e Torres Paulo os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional Guilherme da Fonseca, Fernanda Palma e Helena Brito, o Provedor de Justiça Adjunto, o

Governador Civil de Lisboa, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, os Comandantes do Comando Operacional da Força Aérea e do Comando Operacional das Forças Terrestres o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana e o Director Nacional da Polícia de Segurança Pública.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias os ex-Presidentes da República Costa Gomes e Ramalho Eanes os ex-Presidentes da Assembleia da República Leonardo Ribeiro de Almeida, Vitor Crespo e Barbosa de Melo, a ex-Primeira-Ministra Maria de Lurdes Pintasilgo e as Sr<sup>as</sup> Maria José Ritta, Margarida Almeida Santos Manuela Eanes e Maria de Jesus Barroso, membros do Governo, membros do Corpo Diplomático e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr Presidente da República tomou lugar a direita do Sr Presidente da Assembleia da República a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Seguiram-se os discursos dos Srs Deputados Francisco Louçã (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Basílio Horta (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Ferreira do Amaral (PSD) e Helena Roseta (PS), do Sr Presidente da Assembleia da República e do Sr Presidente da República, e no final foi de novo executado o Hino Nacional.

Eram 20 horas e 30 minutos quando a sessão foi encerrada.

O Sr Presidente — Srs Deputados, declaro aberta esta sessão solene comemorativa e evocativa do 25 de Abril de 1974

*Eram 18 horas e 10 minutos*

*A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o Hino Nacional*

*Estavam presentes os seguintes Srs Deputados*

**Partido Socialista (PS)**

Agostinho Moreira Gonçalves  
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho  
 Alberto Bernardes Costa  
 Alexandre António Alves Chaves  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 António Alves Marques Júnior  
 António Alves Martinho  
 António de Almeida Santos  
 António Fernandes da Silva Braga  
 António Fernando Marques Ribeiro Reis  
 António Fernando Menezes Rodrigues  
 António José Gavino Paixão  
 António Manuel Dias Baptista  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida  
 Carlos Alberto  
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos  
 Carlos Manuel Luís  
 Casimiro Francisco Ramos  
 Cláudio Ramos Monteiro  
 Dimis Manuel Prata Costa  
 Eduarda Maria Castro de Sousa  
 Eduardo Ribeiro Pereira  
 Fernando Manuel de Jesus  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Filipe Mesquita Vital  
 Francisco José Pereira de Assis Miranda  
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres  
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho  
 Helena Maria Mesquita Ribeiro  
 Isabel Maria Batalha Vígia Polaco d'Almeida  
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
 João Alberto Martins Sobral  
 João Cardona Gomes Cravinho  
 João Francisco Gomes Benavente  
 João Macedo Lourenço  
 João Pedro da Silva Correia  
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira  
 João Rui Gaspar de Almeida  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão  
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego  
 José Aurélio da Silva Barros Moura  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Carlos da Cruz Lavrador  
 José Carlos das Dores Zorrinho  
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira  
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres

José da Conceição Saraiva  
 José de Matos Leitão  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Ernesto Figueira dos Reis  
 José Manuel Pires Epifânio  
 José Manuel Rosa do Egípto  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 José Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Pedro de Carvalho Martins  
 Luisa Pinheiro Portugal  
 Luiz Manuel Fagundes Duarte  
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho  
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira  
 Manuel Alegre de Melo Duarte  
 Manuel António dos Santos  
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro  
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso  
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira  
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa  
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino  
 Maria Luísa Silva Vasconcelos  
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco  
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Rui Manuel Leal Marqueiro  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Víctor Brito de Moura  
 Vítor Manuel Alves Peixoto  
 Vítor Manuel Caio Roque  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

**Partido Social Democrata (PSD)**

Adão José Fonseca Silva  
 Ana Maria Martins Narciso  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 António d'Orey Capucho  
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
 António de Carvalho Martins  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Manuel Santana Abelha  
 António Paulo Martins Pereira Coelho  
 Armando Manuel Dinis Vieira  
 Arménio dos Santos

Artur Ryder Torres Pereira  
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação  
 Carlos Manuel Marta Gonçalves  
 David Jorge Mascarenhas dos Santos  
 Domingos Duarte Lima  
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares  
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho  
 Feliciano José Barreiras Duarte  
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara  
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
 Fernando Santos Pereira  
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
 Henrique José Monteiro Chaves  
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas  
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José da Silva Maçãs  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral  
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
 José António de Sousa e Silva  
 José de Almeida Cesário  
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins  
 José Luís Campos Vieira de Castro  
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel Durão Barroso  
 José Manuel Macedo Abrantes  
 Lucília Maria Samoreno Ferra  
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho  
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Castro de Almeida  
 Manuel Joaquim Barata Frexes  
 Manuel Maria Moreira  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Maria do Céu Baptista Ramos  
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Molero  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva  
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas  
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas  
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa  
 Pedro Manuel Cruz Roseta  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rui Fernando da Silva Rio  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Sérgio André da Costa Vieira

**Partido Comunista Português (PCP)**

Ana Margarida Lopes Botelho  
 António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

João António Gonçalves do Amaral  
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Natália Gomes Filipe  
 Maria Odete dos Santos  
 Octávio Augusto Teixeira  
 Vicente José Rosado Merendas

**Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)**

António Herculano Gonçalves  
 António José Carlos Pinho  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca  
 Fernando Alves Moreno  
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia  
 Luís Pedro Mota Soares  
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró  
 Narana Sinai Coissôrò  
 Paulo Sacadura Cabral Portas  
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes  
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

**Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV).**

Fernando Carlos Almeida Pésinho  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

**Bloco de Esquerda (BE)**

Francisco Anacleto Louçã  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

**O Sr Presidente** — Dando início às intervenções programadas, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, em representação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda

**O Sr Francisco Louçã (BE)** — Sr Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr<sup>as</sup> e Srs Membros do Governo, Sr<sup>as</sup> e Srs Convidados, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados Passada a alegria travessa da juventude, todo o aniversário se verga a uma lei inexorável. sempre mais velas anunciam sempre menos anos e o enfadonho refrão «muitos anos de vida» mente cada vez mais. Mas se na vida só podemos escapar à maldição do tempo, aprendendo e continuando a aprender, a história tem outra vulnerabilidade: o passado não tem passado, porque este é disputado e permanentemente desfeito e refeito pelos vencedores que canibalizam os acontecimentos e investem na sanha comemorativa toda a ânsia de dominação do presente

Ficamos, assim, com a festa de uma história sonâmbula, rendida à melancolia dos derrotados e ao cinismo dos ganhadores. Onde estava a paixão da acção, ficou a trivialidade da cerimónia, onde estava a força da convicção, ficou o escandalismo mediático, onde estava a iniciativa popular, ficou a ostentação faraónica; onde estava o tempo do argumento disputado, ficou o instante de um *videoclip*; onde estava a história de um tiranicídio atrasado de meio século, fica agora uma telenovela chocha do outro lado do ecrã.

A história é, por isso, uma disputa sempre em aberto, sempre assim foi e sempre assim será

No bicentenário dessa revolução francesa que constituiu o prefácio da modernidade, a comemoração foi entregue a um empresário da alta costura, que fez dos Campos Elíssios a passerelle para os seus modelos deleitarem os olhos de Madame Thatcher, do Sr Reagan, do anfitrião Mitterrand e dos outros membros do G7, a revolução domesticada como se de um divertimento ligeiro para os poderosos do mundo se tratasse, para que estes observassem dos salões a população engalanada

Mas nesse caso, como em todos os outros, só a memória pode resistir ao cinismo A particularidade única desse acontecimento fundador é mesmo essa sobrevive, e sobrevivem sempre, à banalização, porque é das grandes bifurcações que se convoca a vontade dos povos e, portanto, esses grandes momentos podem ser olhados do passado, como devem ser olhados do futuro, das suas causas como das suas consequências

«A tomada da Bastilha ( )», diz a História, diz Charles Péguy. «( ) foi a primeira celebração, a primeira comemoração e, por assim dizer, já o primeiro aniversário da tomada da Bastilha Ou, enfim, um zeroésimo aniversário

Enganámo-nos ( ), diz a História, «Vimos num sentido, era preciso ver no outro Não foi a Festa da Federação que foi a primeira comemoração, o primeiro aniversário da tomada da Bastilha Foi a tomada da Bastilha que foi a primeira Festa da Federação, uma Federação antes do seu tempo »

Assim foi também, depois da madrugada que aqui evocamos e é assim a história dos acontecimentos fundadores intempestivos, são eles a insurgência de uma paciência impaciente contra as ditaduras, as censuras, as repressões, os absolutismos — nenhum ditador podia jamais vencer esta força profunda

E se há uma homenagem que devemos prestar ao 25 de Abril de 1974 é reconhecer nessa fractura o que ela foi o primeiro aniversário antecipado das ocupações das herdades e das fábricas dos trânsfugas para o Brasil e dos conspiradores em Espanha O 25 de Abril foi o primeiro aniversário das lutas que vinham e das lutas que vêm

O 25 de Abril foi o primeiro aniversário da luta dos trabalhadores pela autonomia dos seus sindicatos e das suas comissões de trabalhadores, dos jovens por um ensino público universal e de qualidade O 25 de Abril foi o aniversário que anunciou todos os combates contra as discriminações rácicas, sociais, etárias, de género ou de orientação sexual O 25 de Abril foi o aniversário fundador das lutas das mulheres contra a violência patriarcal e contra esse tabu sinistro que ainda faz do nosso país um dos mais reaccionários da Europa na repressão ao direito ao aborto

O 25 de Abril de 1974 foi o primeiro aniversário do mês de Setembro de 1999, com a embaixada americana cercada de manifestações e um povo de pé por Timor E o 25 de Abril foi, sem dúvida, um sinal de que a identidade de um país não se constrói recapitulando os mitos do Império — se o Estado português se cala perante a violenta repressão contra os índios e os negros que se manifestaram no Brasil, a esquerda não cala a sua indignação e reafirma que não tem de comemorar os clichés da vergonha e só tem sentido viver a universalidade que começa por respeitar a vítima e por entender o outro.

Por isso, compreenderão, senhoras e senhores, que tenhamos feito sempre as nossas escolhas contra o situacionismo e que não concebemos a esquerda noutro

lugar que não o da fidelidade à memória dessas lutas do futuro

E se, da revolução inaugurada pelo 25 de Abril de 1974, só se comemorasse hoje uma república triste mas apinocada, vazia mas coquette, sem ideias mas cheia de pose, então, dir-lhe-íamos que lhe falta autenticidade e que dessa política não fazemos parte

A esquerda não comunga uma política demissionista de dupla linguagem que, num dia, vota os poderes incontroláveis do Banco Central Europeu e, no outro dia, choraminga acerca das suas decisões, num dia, vota as restrições orçamentais do Tratado de Amesterdão e, no dia seguinte, se desculpa envergouhadamente porque este absolutismo dilacera os sistemas de ensino, de saúde e de segurança social Não nos reduzimos à condição mediocre do burocrata que sempre nos diz que tudo o que é certo não é oportuno, mesmo que reconheça que tudo o que é oportuno não é certo

Não aceitamos que esta resignação fatalista que impõe uma lenda forjada de uma «normalização democrática» que cobra o preço de dissolver todas as responsabilidades A verdadeira imposição democrática foi a que escolheu entre Cavalaria 7 e a Escola Prática de Santarém, entre Silva Pais e os presos de Caxias, e é a que escolhe entre o Cónego Melo e o Padre Max A imposição democrática, essa sim, foi a que reconheceu o direito ao divórcio, o direito de as mulheres viajarem e terem emprego sem precisarem de autorização dos maridos, a que abriu as universidades, a que libertou a cultura da censura, a que respeitou o direito de greve

Pelo contrário, depois da vitória dos normalizadores, tivemos episódios, como o de uma RTP dirigida por um ex-funcionário vitalício da censura, tivemos um Supremo Tribunal Militar a conceder pensões a Pides envolvidos no assassinato de Delgado, tivemos ministros da ditadura nos governos democráticos, tivemos o capitão Maltês recompensado por serviços à Pátria, tivemos um chefe terrorista empossado em marechal, tivemos a longa sobrevivência da Concordata de Salazar e Cerejeira, tivemos as Lajes usadas para operações militares à revelia da ONU, tivemos o nosso país a fazer uma guerra na Europa, pela primeira vez desde a Primeira Guerra Mundial

Vinte e seis anos depois, tivemos e temos um país de desigualdades, uma justiça para os ricos e outra para os pobres, um sistema de impostos no qual menos paga quem mais tem — e Portugal continua a ser o paraíso da vigarice fiscal

E tivemos e temos, ainda, uma cultura de repressão policial de que um episódio recente veio revelar os contornos mais profundos de um racismo conivente mesmo aos mais altos níveis do sistema político Não é só da semana passada uma multa de 30 dias para um polícia que, em Évora, matou um homem pelas costas, uma pena suspensa a um polícia que, em Matosinhos, matou com um tiro na cabeça um homem algemado; uma revolta corporativa, porque dois polícias são indiciados no assassinato de um homem, no Porto, à pancada — desde há muito que o regime de exceção quanto aos direitos democráticos dos polícias tem como contrapartida um regime de impunidade quanto aos seus deveres democráticos

O sindicalismo que luta pelo fim das restrições aos direitos fundamentais dos seus associados não pode ser cúmplice de ataques às liberdades de outros cidadãos

Por tudo isto, concluo, se o 25 de Abril fosse reduzido a uma ligeira esfeméride, então, deixaria de saber o país que somos. Se, pelo contrário, o 25 de Abril nos diz alguma coisa, se a memória vence o cínicismo, é porque esta data foi o princípio de um país novo.

Estamos aqui, senhoras e senhores, para vos lembrar que o 25 de Abril foi, é e será o aniversário do nosso futuro.

#### Aplausos do BE

**O Sr Presidente** — Em representação do Grupo Parlamentar de Os Verdes, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro

**A Sr<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes)** — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Srs Membros do Governo, Sr<sup>as</sup> e Srs Convidados, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados 25 de Abril, «A Liberdade feita dia» — assim lhe chamou Eduardo Lourenço

Nas luminosas palavras de Sophia  
«Esta é a madrugada que eu esperava  
O dia inicial inteiro e limpo»

Vinte e cinco de Abril, dia que, à distância, é como se fosse um sonho, um sonho estranhamente claro e nítido, mas de qualquer maneira um sonho. Ou talvez fosse apenas desejo de ser mais real.

Como real e inteira foi a alegria, esse sentimento novo e único de orgulho que fez como que, por encanto, o tempo, o lugar, cada um de nós, se tivessem tornado maiores! E como se, pela primeira vez, pertencessemos a nós próprios!

Abril, o dia de que é preciso falar, sem permitir que a espada vil da mentira lhe roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial.

O 25 de Abril, que não foi, como pretendem os usurpadores da história nas suas leituras anestesiadoras, um acidente fruto de acaso. Foi, sim, um dia feito de muitos dias, de muitos anos, que foram precisos até lá chegar. Dias arrastados, lentos, sofridos, cansados da violência, da fome, da guerra, dias de insubmissão, resistência e luta, dias por muita gente diferentemente moldados, convergindo noutro dia, aquele em que, num gesto de vontade, porventura também de utopia, jovens capitães cansados da guerra fizeram «emergir da noite luz», para que pudéssemos, nas ruas, com a nossa vontade, construir o dia!

Os capitães de Abril, hoje ainda aqui presentes, que não queremos, não poderemos nunca, deixar fraternalmente de saudar.

Abril como o tempo que pôs fim à ditadura. Ao tempo do pensamento vigiado e único, tempo de terror, de exílio, de censura, de guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril em Abril, como o tempo do outro lado o começo, a descoberta, o projecto, o futuro.

E é precisamente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, desse Abril, desse projecto, dessa promessa, dessa vontade, agora perdida, de olhar longe e de fazer futuro que, 26 anos percorridos depois de Abril, importa falar, falar para, no seu sentido mais profundo, mais generoso, mais libertador, reencontrar de novo os caminhos.

Uma prioridade que se impõe num país que vive numa democracia formal, que se transformou profundamente, é certo, que cresceu sem dúvida, mas que até agora o

fez sem evitar a exclusão, a degradação ambiental e a pobreza.

Uma democracia, assim, de que é preciso cuidar! Uma democracia que só será plena quando deixar de lamentar inutilmente a injustiça e tomar nas suas próprias mãos uma repartição mais equilibrada da riqueza.

Uma democracia que só será plena quando ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado perante fenómenos como a exclusão, a intolerância e a discriminação, contrapuser a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Uma democracia que só será plena quando ao trabalho alienante e como direito, em extinção, lhe fizer suceder o trabalho como meio de realização individual, factor de desenvolvimento e de libertação para a vida.

Uma democracia que só será plena quando a escola, em vez de fechar nos seus horizontes e no acesso, se abrir à vida, mas também ao gosto pela experimentação, ao estímulo pela responsabilidade, ao respeito pela natureza.

Uma democracia assim só será plena quando, na vida, o direito à diferença cultural, religiosa, étnica e sexual deixar de ser tabu e quando a não discriminação ousar, finalmente, transformar-se em justiça.

Uma democracia que só será plena quando recusar que imigrantes possam viver clandestinos e se assumir que anti-racismo não é um estado de alma, e um combate diário e sem tréguas contra todas as formas de intolerância e de racismo.

Uma democracia que só será plena quando devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que hoje sobre si próprias se fecham, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram.

#### Pausa

Peço perdão, mas não posso continuar, por não me sentir em condições.

**O Sr Presidente** — Todos lamentamos, Sr<sup>a</sup> Deputada

#### Aplausos gerais

*Neste momento, a Deputada de Os Verdes Isabel Castro desceu da tribuna e saiu da Sala, acompanhada pelo Deputado de Os Verdes Fernando Pésinho*

Em representação do Partido Popular, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta.

**O Sr Basílio Horta (CDS-PP)** — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr Procurador-Geral da República, Srs Membros do Governo, Altas Autoridades Cívicas e Militares, Sr Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Srs Representantes dos órgãos de comunicação social, Sr<sup>as</sup> e Srs Convidados, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Comemorar, hoje e sempre, o 25 de Abril de 1974 é deixar correr a memória e o coração para reter o deslumbramento de um povo renascido numa Pátria ímpar onde só havia lugar para a fraternidade e para a paz.

É, também, homenagear os militares que se mantiveram fiéis ao modelo democrático e pluralista da Revolução e, assim, jugularam as aventuras totalitárias que puseram o País à beira da guerra civil.

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador** — É, enfim, assinalar o 25 de Abril de 1975, a primeira eleição em que o povo português reassumiu os seus inalienáveis direitos de cidadania ao escolher a Assembleia Constituinte que iria definir as traves mestras da nova sociedade

Fui Deputado constituinte com outros, poucos, que aqui também se encontram, e, nessa qualidade, seja-me permitido homenagear, na figura honrada do Professor Henrique de Barros, todos aqueles que, com invulgar coragem e patriotismo, dotaram a Nação de uma Lei Fundamental, tão generosa a consagrar os direitos e liberdades como excessiva e contraditória a impor o socialismo como único aliado da liberdade

Senhoras e Senhores O CDS-PP, partido que ajudei a fundar, celebra, hoje e aqui, o 25 de Abril com a tranquila consciência do dever cumprido

Se, durante anos, que pareceram uma eternidade, muitos lutaram e sofreram pela liberdade, não é menos certo reconhecer que, depois daquela data, surgiu uma geração que conquistou a golpes de coragem, de coerência e de determinação o seu lugar na História do Portugal democrático

O CDS-PP é o legítimo representante dessa geração de onde se destaca a figura ímpar de Adelino Amaro da Costa, o seu inesquecível exemplo e o seu imperecível legado político e humano

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador:** — O projecto europeu, pluralista e democrata-cristão por nós assumido em alternativa ao modelo terceiro-mundista, totalitário e socialista, suportado por alguns déspotas supostamente iluminados, marcou, em momentos decisivos, a fronteira entre a democracia que liberta e a ditadura que opõe. Porém, mesmo quando o direito à diferença não impedia inqualificáveis ataques e perseguições, nunca o CDS assacou culpas à liberdade ou responsabilidades à democracia. Tudo era fruto dos erros, dos desvios e dos excessos de uma Revolução manipulada que teve o seu clímax no 11 de Março e o seu fim no 25 de Novembro

*Aplausos do CDS-PP.*

Hoje, o CDS-PP pode serenamente testemunhar que a sua memória colectiva é inspirada na reconciliação entre os portugueses, pelo que é incompatível com uma moral de ressentimentos sobre a qual nada de útil ou de digno poderia ser construído em benefício de Portugal

Senhoras e Senhores Celebremos, pois, em clima de concórdia a democracia conquistada que a todos, sem exceções, a começar por V Ex<sup>a</sup>, Sr Presidente da República, convoca para a defesa dos superiores interesses da Nação portuguesa

Democracia que exige respeito pela instituição parlamentar, que postula o prestígio desta Casa, tanto mais reconhecido quanto os seus Deputados assumam dignamente, em liberdade e em plenitude, o seu estatuto de eleitos pelo povo

Democracia que sai reforçada quando o debate político se aprofunda e as divergências ideológicas ou programáticas abrem caminhos novos e proporcionam férteis consensos

Democracia que se enriquece quando se mostra capaz de atrair a intervenção, nas grandes questões da sociedade e do Estado, de um número crescente de cidadãos, com relevo para os jovens construtores do seu próprio mundo

Democracia que se debilita sempre que a autoridade do Estado e, com ela, a segurança dos cidadãos é defendida com tibiaeza ou com cobardia perante os que, por actos ou omissões, as põem em causa. O próprio Estado terá mesmo de ser imediatamente recomposto quando quem o enfraquece é precisamente quem devia representar a sua autoridade e ser garante da segurança da colectividade.

*Aplausos do CDS-PP*

Democracia que morrerá quando os tribunais se deixarem pressionar e, assim, perderem liberdade de decisão no quadro da lei que deve representar a sua única e exclusiva submissão

Celebremos, Senhoras e Senhores, a paz que o 25 de Abril trouxe a um Portugal, a um Portugal martirizado por anos e anos de guerra e onde a honrada memória dos heróis e dos mártires não pode fazer esquecer o sacrifício colectivo desses tempos de separação e de dor

Mas lembremo-nos que a paz só será completa quando a sentirmos nas nossas próprias consciências. E tal só acontecerá quando as armas se calarem nos países africanos que falam a nossa língua e partilharam o nosso destino

As vítimas de uma descolonização feita de abandonos e de cedências, fruto de comprometimentos para uma nova partilha de África não foram apenas os portugueses que ai perderam vidas e bens, foram também os africanos, abandonados à fúria das cobiças internas e externas e sujeitos a poderes incapazes de respeitarem os mais elementares direitos dos seus povos

*Aplausos do CDS-PP*

Os democratas-cristãos portugueses, na esteira da Conferência Episcopal, mantêm intacta a esperança de que os caminhos da paz inspirem os dirigentes políticos angolanos e que o seu povo possa encontrar na comunhão de esforços o sentido da liberdade e do desenvolvimento

Também consideramos que Portugal tem uma responsabilidade histórica e um papel insubstituível na prossecução deste objectivo. Porém, Senhoras e Senhores, este princípio pressupõe uma política externa firme, com autoridade e respeitabilidade, indissociável da defesa intransigente da dignidade das instituições e dos legítimos interesses nacionais, sempre que uma e outra sejam postos em causa

Celebremos a adesão de Portugal à Europa comunitária e o surto de progresso e de bem-estar que dai resultou para os portugueses

Mas lembremo-nos que a identidade da nossa Nação e a sua vocação universalista terão sempre de ser preservadas. V Ex<sup>a</sup>, Sr Presidente da República, tem a honra de representar uma Nação velha de oito séculos, uma Nação que não tem de se envergonhar «dos novos mundos que deu ao mundo» e tem honra nos seus mártires, nos seus santos e nos seus heróis

*Aplausos do CDS-PP*

Vocação universalista, dizia, que tem de ser preservada, não sendo admissível dissolver estes valores em soluções

federalistas que matem a plena soberania do nosso Estado e as mais profundas raízes do nosso povo.

Nós, democratas-cristãos, temos criticado a adopção de políticas que, em nome de uma apressada globalização, transferem para fora do País sectores vitais da nossa economia. A transferência desses centros de decisão, no quadro de um capitalismo de Estado que ignora ou menoriza os empresários portugueses em benefício de poderosíssimos interesses estrangeiros, desgosta-nos profundamente, na medida em que é atentatória da independência nacional.

Celebremos a expectativa de uma sociedade mais justa, com menos desigualdades e mais bem-estar que o 25 de Abril criou nos portugueses.

Mas constatemos que, decorridos 26 anos e o muito que já foi feito, ainda estamos bem longe da concretização dessas expectativas.

É certo que muitos portugueses vivem num clima de abundância e de consumo que a necessidade de recuperar o atraso do seu nível de vida em relação aos padrões europeus pode justificar. Mas temos de ser cautelosos quando constatamos que este surto de bem-estar é mais sustentado pelo endividamento dos indivíduos, das famílias e das instituições do que pelo rendimento e pela poupança nacionais.

Este quadro virtual não deve, pois, esconder a necessidade de considerar o combate à pobreza como um imperativo nacional. A pobreza, onde ela existe, fundamentalmente nos idosos e nos reformados, tem de ser combatida com medidas estruturantes que se não esgotam no rendimento mínimo garantido, pese embora as suas generosas intenções. Temos de ir mais longe e mais fundo e encontrar o seu cerne na reforma da segurança social e, aí, na equiparação faseada das pensões mínimas ao salário mínimo nacional.

Este quadro de transitórias facilidades também não nos deve fazer esquecer as profundas desigualdades e assimetrias que ferem a nossa sociedade e o nosso país.

Na saúde há dois estratos sociais bem diferenciados: os que podem ter acesso rápido e eficaz a cuidados de saúde de alta qualidade e os outros, a maioria, que esperam e desesperam até serem atendidos nos centros de saúde ou nos hospitais sobrelotados.

Na justiça o mesmo se passa: os que podem ser representados por advogados que lhes garantem todas as oportunidades na aplicação do Direito e os outros, a maioria, que têm de se entregar à justiça e à humanidade dos tribunais, que, graças a Deus, não tem faltado!

Mesmo no estatuto de cidadania há inadmissíveis discriminações. Uns, os portugueses europeus, têm direito a ser indemnizados quando expropriados e à contagem do seu tempo de trabalho para a reforma; outros, os portugueses do ultramar, não têm direito a indemnizações e nem sequer lhes é contado para a reforma o tempo de trabalho ali prestado.

Até quando, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, nestes domínios, o interminável diálogo continuará a tomar o lugar das insubstituíveis reformas?

Mas não é só a nível da sociedade que gritantes desigualdades se fazem sentir. A nível do desenvolvimento do País há crescentes assimetrias que continuam ignoradas pelo poder político.

O interior de Portugal está cada vez mais desertificado e envelhecido, de tal forma que o País corre o sério risco de, num futuro próximo, ficar amputado, económica e

demograficamente, de parte substancial do seu território e da sua população.

Até quando essas gentes do interior, que têm cada vez menos voz e por isso são cada vez menos ouvidas, permitem que os seus legítimos representantes se não unam na defesa dos seus mais elementares direitos, seja a nível da repartição dos fundos públicos, seja a nível da concepção e execução das políticas de desenvolvimento regional?

Senhoras e Senhores. Um dia, De Gaulle disse: «É preciso saber se os franceses querem refazer a França ou ir dormir. Eu não a reconstruirei sem eles».

Hoje, em Portugal, teremos de concluir que não há homens, instituições ou ideologias providenciais que se substituam aos cidadãos e façam por eles o que só eles podem fazer por si próprios.

Não haverá progresso nem nada será corrigido ou reconstruído na sociedade portuguesa sem a iniciativa e o empenhamento crítico dos indivíduos, das comunidades e, principalmente, da juventude. Esta juventude nascida depois do 25 de Abril, mas que, tal como a minha geração, se deveria julgar destinada, no dizer de Albert Camus, a refazer o mundo.

Investir nos nossos recursos humanos, o mesmo é dizer investir na nossa juventude, na sua formação profissional, cultural e cívica, constitui a primeira prioridade nacional para garantir a competitividade do nosso país em espaços cada vez mais exigentes.

Contagiar os nossos jovens com a doença da equidade e das ideologias, que alguns tanto temem, não será uma certeza de refazer o mundo mas é, seguramente, uma tentativa séria de humanizar a sociedade do futuro.

Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, Caras e Caros Colegas. Hoje é dia de festa, de meditação e sempre de esperança.

É na esperança de um futuro mais humano, mais justo e mais livre para Portugal e na fé de que, em conjunto, o conseguiremos alcançar, que eu vos saúdo a todos, independentemente da bancada onde se sentem, e em vós, em cada um e em todos, celebro o povo português, o nosso povo, o nosso juiz, destinatário primeiro do nosso trabalho e penhor seguro da nossa vitória.

#### *Aplausos do CDS-PP, de pé*

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares, em representação do Partido Comunista Português

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs Membros do Governo, Sr Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr Presidente do Tribunal Constitucional, Altas Autoridades, Srs Deputados. Diz-se que só se ama o que se vive. E os jovens do Portugal de hoje não viveram o 25 de Abril. Mas nem por isso são menos capazes de amar esta Revolução, os seus ideais, as suas conquistas. Assim lhes seja dada a hipótese de aprender o que aconteceu em Abril de 1974 e nos tempos que se seguiram. Assim possam saber o que foi o Portugal da ditadura e o Portugal da liberdade.

É que a Revolução dos Cravos, que não fizeram nem viveram, foi-lhes sendo escondida. E estes jovens de hoje não conhecem muito do que Abril de 1974 teve. Não viram a explosão de alegria irreprimível de um povo oprimido durante meio século e que, finalmente, conquistava a liberdade.

Muitos, talvez a maioria, nem sequer na escola encontraram a Revolução dos Cravos, que é matéria escondida ou, pelo menos, secundária nos programas escolares. E foram vendo e ouvindo as sucessivas campanhas de branqueamento da ditadura a que nessa madrugada de Abril se pôs fim.

As tentativas de alterar e reescrever a história do fascismo e da Revolução, o ataque às suas conquistas e o esconder da intensa e profunda participação popular que lhes deu corpo poderiam ter conseguido afastar a juventude dos ideais de Abril. Para muitos, terá sido esse mesmo o objectivo.

E, contudo, a juventude está com Abril e com os militares de Abril que, com o seu acto heróico, abriram as portas à Revolução que o povo abraçou. Daqui saudamos, pois, os militares de Abril, a sua coragem e o seu amor à liberdade, que encontram nos jovens de hoje um profundo reconhecimento.

#### *Aplausos do PCP*

E estes mesmos jovens certamente sentirão a mesma justa incompreensão que nós sentimos ao ver que muitos dos que fizeram o 25 de Abril foram, nas suas vidas e nas suas carreiras, injustiçados. E certamente não compreenderão, tal como o PCP não aceita, que a lei que, há um ano atrás, foi aprovada nesta Assembleia, destinada a pôr fim à discriminação na carreira dos militares de Abril, continue à espera do decreto-lei regulamentar que o Governo está obrigado a fazer, por força da lei da Assembleia.

#### **Vozes do PCP — Muito bem!**

**O Orador** — Já não é possível compensar mais de 20 anos de injustiça, porque há injustiças que de nenhuma forma podem ser reparadas. Mas exige-se que, pelo menos, elas terminem imediatamente. Sabem os jovens de hoje e de ontem que tais injustiças, feitas sobre quem tão grande contributo deu para que se fizesse o 25 de Abril, envergonham o seu próprio espírito.

A Revolução de Abril é também, pois, dos jovens de agora. Sim, ela também nos pertence. E não se trata de um património apenas conquistado. É usado todos os dias em que os jovens lutam por um futuro melhor, por um ensino democrático, por um emprego com direitos, pela democracia na escola e na empresa, pela defesa do ambiente, na luta contra o racismo e a xenofobia.

Olhando para a actual situação da nossa sociedade e também da juventude, não é possível esconder que muito da Revolução de Abril está ainda por concretizar.

Neste país de Abril, aumenta a precariedade e a desregulamentação laboral a que os jovens são em cada vez maior número sujeitos. Continua a política dos baixos salários e crescem os obstáculos ao exercício dos direitos dos trabalhadores. Utilizam-se os jovens como mão-de-obra barata. Como se fossem um qualquer produto descartável que se usa enquanto se quer e que, depois, se deixa fora. Aliás, é a própria lei que permite que se contrate um jovem a prazo apenas e só porque é jovem.

Neste país de Abril, o acesso aos mais elevados graus de ensino continua para tantos a estar vedado e o sistema educativo vai sendo transformado num funil cada vez mais apertado e onde as desigualdades sócio-económicas ditam a lei da exclusão.

Neste país de Abril, apenas ouvimos certos responsáveis clamar pelos direitos dos cidadãos e indignar-se com a morosidade da justiça quando os acusados são poderosos e bem relacionados. Porque quando o acesso a uma justiça célere e eficaz é negado ao cidadão comum, cala-se a indignação dessas vozes.

Neste país de Abril, aumenta ainda mais o fosso entre ricos e pobres, ao mesmo tempo que a riqueza produzida é distribuída de forma cada vez mais desigual. E vemos esquecidos e desprezados os deficientes, tantos deles vítimas da guerra colonial, que continuam a ter difícil acesso ao emprego, ao ensino, à igualdade.

Neste país que em Abril renasceu, a educação sexual continua no papel e nas palavras, utilizada com descarramento e hipocrisia quando dela é preciso falar e rapidamente engavetada logo que possível. Em pleno ano 2000, o planeamento familiar e os meios contraceptivos continuam longe de estar generalizados a toda a população. Somos, por isso, os campeões das gravidezes indesejadas e das mães adolescentes. Somos um país onde os jovens continuam a ver negado o seu direito à sexualidade consciente e responsável.

É também por tudo isto, Srs Presidentes, Srs Deputados, que o povo e a juventude se juntam por todo o País às comemorações do 25 de Abril, renovando os ideais da Revolução na busca do seu cumprimento. Como o fazem os milhares de pessoas que, ainda agora, celebram a liberdade aqui bem perto, a descer a avenida do mesmo nome. E muitos deles são jovens, empunhando com orgulho os cravos vermelhos que agora são seus, que sabem que, apesar de tudo, é mil vezes preferível a avenida da liberdade a qualquer viela da ditadura. E no 25 de Abril conquistámos a liberdade.

Comemorar a Revolução dos Cravos é tempo para lembrar ao que ela pôs fim. Para lembrar que houve a PIDE, a censura, a prisão política, a tortura e a guerra colonial — numa palavra, que houve o fascismo.

Para lembrar que, durante quase meio século de ditadura, milhares de portugueses lutaram contra ela. Homens e mulheres, comunistas e outros, tantos deles jovens, que, com a sua luta, abriram caminho ao 25 de Abril.

Comemorar o 25 de Abril é festejar a liberdade conquistada pela Revolução, que já ninguém nos tira.

Mas ao comemorar a Revolução dos Cravos, temos, também, de olhar para o futuro. E saber que o caminho não pode ser outro senão continuar a lutar contra novas e velhas injustiças, novas e velhas desigualdades e discriminações. A luta pela defesa da liberdade, para aprofundar a democracia e perseguir a igualdade.

Por isso, Abril é o futuro.

Por isso, Abril é nosso, de todos, dos que o fizeram e viveram. Mas também dos que o receberam ainda por acabar e que continuarão a lutar por um amanhã melhor.

Viva o 25 de Abril!

#### *Aplausos do PCP, de pé*

**O Sr Presidente** — Tem a palavra, em representação do Partido Social Democrata, o Sr Deputado Ferreira do Amaral.

**O Sr Ferreira do Amaral (PSD)** — Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Srs Membros do Governo, Sr Presidente do Tribunal Constitucional, Sr Presidente do Supremo Tribunal de

Justiça, Srs Convidados, Srs. Deputados, meus colegas, Minhas Senhoras e Meus Senhores O 25 de Abril que hoje comemoramos foi, num momento, um golpe militar e, depois, uma revolução. Mas nem o golpe, nem a revolução que se lhe seguiu brotaram de um quadrante ideológico único. Pelo contrário

A Revolução de Abril, como passou a ser designada, só foi possível porque satisfez as aspirações de uma pluralidade de sectores de opinião emergente de todas as camadas sociais.

E se, hoje, se deve, muito justamente, prestar homenagem aos capitães de Abril porque permitiram o 25 de Abril, também é justo curvarmo-nos perante a memória de grandes homens que ajudaram a consolidar a democracia, como Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa e o Marechal António de Spínola.

#### *Aplausos do PSD*

A força desse pluralismo impediu que maioria activa conseguisse desviar a Revolução de Abril dos seus fins para instaurarem à força uma nova ordem, uma nova ordem outra vez de discurso unicítario e de contornos totalitários

Tentaram e falharam. O pluralismo democrático impôs-se

Não tão cedo quanto o necessário para evitar enormes prejuízos humanos e materiais desnecessários

Não tão a tempo de evitar que, na voragem desses tempos sem lei, se desencaminhasse um processo de descolonização que, para bem de todos, deveria ter sido prudente e ordenado, mas que, naquelas condições, redundou num drama de que ainda hoje se sofrem as consequências

Mas o pluralismo democrático impôs-se em tempo suficiente para reassumir a condução dos processos de liberdade, de democratização e de desenvolvimento económico e social, ansiados pela esmagadora maioria do povo português.

#### *Construímos, a partir daí, a nossa democracia*

Uma democracia assente na liberdade, uma democracia fundada na igual dignidade de todos os cidadãos. Uma democracia de solidariedade entre portugueses e de orgulho em Portugal

Senhoras e Senhores Neste dia em que comemoramos o 26º aniversário da Revolução de Abril, somos levados a fazer o balanço do seu activo e do seu passivo e é justo e natural que nos orgulhemos do que se realizou

#### *De facto, durante este período, fez-se obra*

Não teremos erradicado por completo a pobreza em Portugal, mas estendemos e elevámos para níveis nunca antes conhecidos o bem-estar material dos portugueses

Não teremos edificado o sistema de segurança social perfeito, mas conseguimos desenvolver modelos de solidariedade que, apesar das imperfeições e das limitações, superam em muito tudo o que anteriormente vigorava

Não teremos dotado o País de todas as infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento, mas realizámos, em tempo ímpar, uma pujante obra de fomento e de modernização, dotando-o de uma rede estratégica de vias de comunicação, de uma moderna rede de telecomunicações, de construções escolares, de saneamento e de novos hospitais, quando dantes não havia nada disto, nem parecido.

Não teremos ainda erguido um serviço de saúde compatível com os padrões de qualidade a que todos

justamente aspiram, mas conseguimos estender a todos os cidadãos garantias de assistência e de tratamento médico nunca anteriormente alcançadas.

Não teremos atingido todas as metas em matéria de protecção ambiental ou todos os objectivos na área da salvaguarda do património cultural, mas fixámos novos princípios e novos critérios de exigência que anteriormente eram ignorados

Não teremos conseguido garantir suficientemente o direito e a justiça junto dos cidadãos, mas conseguimos erguer um Estado de direito, assente numa Constituição em que se consagram os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e construímos uma sociedade muito mais informada quanto aos seus direitos fundamentais

Ainda não chegámos ao grau de descentralização de que o País necessita, mas criámos, reforçámos e consagrámos a autonomia regional para os Açores e para a Madeira e dignificámos o poder local

Aderimos à Comunidade Económica Europeia e estabelecemos novos laços de cooperação com os países de língua portuguesa e com eles constituímos uma comunidade de solidariedades e de interesses que auspicia um futuro para o mundo lusófono

Fizemos tudo isto em liberdade ou, se calhar, fizemos tudo isto porque vivemos em liberdade

Mas, Minhas Senhoras e Meus Senhores, tudo isto, que constitui o activo da nossa geração, desta geração a quem coube iniciar a realização dos ideais de Abril, tudo isto, que é talvez muito para uma jovem democracia de 26 anos, não é, todavia, suficiente para que nos possamos considerar satisfeitos com o que se passa

É preciso estar atento aos sinais E os sinais, hoje, são preocupantes

Quando a insegurança dos cidadãos cresce todos os dias, sobretudo nas grandes cidades, e a única resposta que ouvimos a esse respeito é que isso é estatisticamente normal e que até há-de ser pior, quando, no ensino, se fazem das crianças e dos jovens verdadeiras cobaias de experiências e modelos pedagógicos e curriculares há muito rejeitados noutros países, negando-lhes, designadamente, o seu direito de aprendizagem da História Pátria, quando, a nível escolar, se atingem os mais altos níveis de insucesso escolar da Europa e quando a notícia de que é hoje normal os alunos baterem em professores não faz sequer pestanejar os poderes públicos, quando se assiste ao sistemático desprestigar da justiça e se contemporiza com a suspeita pública da falta de isenção de alguns dos seus órgãos mais importantes; quando as forças de segurança são sistematicamente desautorizadas e apenas se fala delas naquilo que praticam de mal feito e que a todos nos choca, mas raramente se refere o que fazem de bem todos os dias, porque o mal excepcional é sempre notícia, mas o bem rotineiro nunca, quando os poderes públicos, surpreendentemente, também seguem este critério, compreensível na comunicação social, mas irresponsável em órgãos de poder político democrático, quando se assiste à destruição avassaladora e consciente do ambiente urbano e, sobretudo suburbano, criando verdadeiros monstros irreversíveis de betão,...

#### *Risos do PS.*

.. encavalitados uns nos outros, onde não há paisagem, nem tradição, nem ambiente que resistam, tudo ao sabor de uma especulação desenfreada, que não só não

é combatida como às vezes até é estimulada, gerando verdadeiros viveiros de desencanto para futuras gerações desenraizadas, desumanizadas e sem espaços, quando vemos o prestígio externo de Portugal posto em causa, com a lusofonia todos os dias a perder terreno, esquecidos de uma CPLP de quem ninguém parece já querer nada e, com isso, vamos passivamente perdendo a nossa identidade, o nosso lugar no mundo e, pior do que tudo, a nossa auto-estima, quando, enfim, se acastelam nuvens carregadas no horizonte da nossa economia, sofrendo já de desequilíbrios que em breve serão indissfarçáveis, dos quais o mais preocupante é o da divergência com a Europa que agora se iniciou e que nos será fatal se não for corrigida — e, enquanto se abrem estes gravíssimos rombos, a orquestra continua a tocar como se nada fosse! — quando tudo isto sucede à frente dos nossos olhos, é natural que uma sombra de inquietação e de ansiedade tolde a esperança no futuro dos portugueses

**Vozes do PSD** — Muito bem!

**O Orador** — Mas o pior de tudo é a sensação que todos temos de que os poderes públicos parecem estar hoje mais interessados em esconder os problemas do que em resolvê-los

*Aplausos do PSD*

Hoje, já não nos apontam caminhos para a solução dos problemas que nos preocupam e que vemos agravarem-se no dia-a-dia, muito menos os resolvem. Hoje, ignoram-nos, calam-nos ou desconvoram, falando do que não interessa ou confundindo-nos com discursos incompreensíveis e vazios.

O 25 de Abril não se fez para isto. O 25 de Abril deu-nos a liberdade para falarmos dos problemas que nos afligem, a liberdade para os enfrentarmos com verdade e a liberdade para escolhermos a melhor forma de os resolver. Pagaremos muito caro se o País persistir nesta cumplicidade cor-de-rosa do faz-de-conta.

Sr Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores. O 25 de Abril de há 26 anos é história, o de hoje é política. Entre um e outro, há uma geração de luta onde não faltam mulheres e homens que puseram as suas capacidades, a sua vontade e até as suas ambições pessoais ao serviço do seu país.

As novas gerações vêm aí, com novas preocupações, novas aspirações e novos combates anunciados. Lançarão um olhar crítico sobre o que fizemos e denunciarão o que deixarmos por fazer. Tenho esperança que façam muito melhor do que nós.

Mas, contrariamente ao que se passa connosco, terão dificuldade em compreender que se comemore um dia da liberdade que, para eles, nunca esteve em causa.

Hoje, perante tantos problemas que se nos levantam e tantas dúvidas que nos angustiam, a questão já não é, como era há 26 anos, a de conquistar a liberdade. Essa está conquistada e será definitiva.

A interrogação a que hoje temos de dar resposta é a de saber o que fazer com esta liberdade.

*Aplausos do PSD, de pé*

**O Sr Presidente** — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra a Sr<sup>a</sup> Deputada Helena Roseta

**A Sr<sup>a</sup> Helena Roseta (PS)** — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ilustres Convidados, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados. Há datas que dividem o tempo em duas partes — o antes e o depois. O dia 25 de Abril de 1974 é uma delas. Marcou a vida de um povo e mudou a vida de cada um de nós.

Perguntam-nos os mais novos para quê celebrar este dia? E, sobretudo, por que fazê-lo com uma sessão solene, aqui, na Assembleia da República?

Celebrar a memória colectiva é um acto de cultura. E recordar a data em que decorrem 25 anos sobre as eleições para a Assembleia Constituinte é sermos fiéis à própria razão de ser desta Casa. Por duas razões em primeiro lugar, porque celebramos a festa que foi esse dia, o entusiasmo e a alegria com que os portugueses acorreram maciçamente às urnas para exercer a liberdade recém-alcançada. Em segundo lugar, porque esse foi também o dia — não o esqueçamos! — em que as mulheres portuguesas alcançaram pela primeira vez o direito ao sufrágio universal.

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — O 25 de Abril foi, antes de mais, o resultado da acção dos capitães de Abril. Não lhes devemos apenas o acto heróico do derrube de uma ditadura obsoleta, devemos-lhes muito mais. Cumprindo a promessa feita, os militares de Abril souberam devolver a soberania ao povo português. E, ao fazê-lo, deitaram por terra velhas teorias que vaticinavam a existências de três impossibilidades: a de que uma revolta militar pudesse desembocar num Estado de direito, a de que os militares aceitassem entregar o poder nas mãos de civis, e a de que um país pobre fosse capaz de alcançar a democracia. Faltavam-nos, como alguém dizia em 1973, «400 anos de relva inglesa». Enganaram-se os teóricos e enganaram-se os situacionistas de Caetano. Apesar das dificuldades, das discordias e da extraordinária explosão de energia popular que acompanhou o acordar da consciência colectiva, o Movimento das Forças Armadas honrou a sua palavra. E se o 25 de Abril de 1974 não teria sido o que foi sem a coragem de Salgueiro Maia, o 25 de Abril de 1975, data das primeiras eleições, talvez não tivesse sido possível sem a acção inteligente e mediadora de Melo Antunes.

*Aplausos do PS*

A História se encarregará de apurar, melhor do que eu, quanto Portugal lhes ficou a dever.

Quero, também, saudar aqui, hoje, o Presidente da República, homem da geração que fez o 25 de Abril.

Jorge Sampaio não precisa de ser aqui convocado. Pelas suas convicções e pelo seu combate, antes e depois desse dia, pela sua contribuição para a instauração e a consolidação da democracia no nosso país, pelo seu profundo patriotismo e pela forma digna e firme como tem desenvolvido as suas altas funções e representado Portugal dentro e fora das nossas fronteiras, pelo seu rigor ético e pela sua extrema sensibilidade às injustiças e desigualdades que tem continuado a combater, ele representa e dignifica o 25 de Abril.

*Aplausos do PS*

**Sr Presidente, Srs Deputados** — Há quem sustente que o 25 de Abril está incompleto. Permitam-me que discorde. No

essencial e para lá das peripécias de um percurso que não foi fácil, o programa do MFA está cumprido Recordemos os famosos três «D» que o enformavam democratizar, desenvolver, descolonizar Em qualquer destas três direções, é imenso o caminho percorrido Derrubada a ditadura, ultrapassaram-se as fases de transição, venceram-se as tentações anarco-populistas; alcançou-se a instauração de um Estado de direito Do país «orgulhosamente só», que éramos em 1974, Portugal transformou-se numa democracia estável, respeitada e respeitadora dos direitos humanos, com base numa Constituição pioneira na sua definição e que ainda hoje suscita, em matéria de direitos, liberdades e garantias, um largo consenso De país pobre e atrasado, com larguíssimas taxas de analfabetismo e centenas de milhar de emigrantes que escapavam à miséria, tornámo-nos em Estado-membro da União Europeia, com níveis de vida muito superiores aos de 1974 e com direitos políticos, económicos e sociais crescentemente reconhecidos De país colonial, atolado numa guerra sem solução, passámos a país amigo, parceiro das novas independências, terra de acolhimento de mais de 600 000 retornados que aqui refizeram as suas vidas a partir de 1976, contribuindo para o desenvolvimento e a modernização da nossa economia

Completaram-se, assim, vários ciclos O da democratização, o primeiro dos «D», iniciado com as eleições de 1975 e concluído em 1982, com a criação de um Tribunal Constitucional civil em substituição da tutela militar transitória do Conselho da Revolução, o do desenvolvimento, o segundo dos «D», cumprindo a transição do subdesenvolvimento até à integração europeia, a que nos candidatámos pela mão de Mário Soares, que também nesta data quero saudar pelo papel essencial que desempenhou

#### *Aplausos do PS*

E, finalmente, o da descolonização, que só se encerrou em 1999, com a devolução pacífica e negociada de Macau à soberania da China e com a extraordinária lição de coragem e apego à liberdade dada pelo povo de Timor

É certo que as promessas contidas nos três «D» não estão esgotadas Nem os problemas estão todos resolvidos Não está, por isso, concluída a tarefa de levar o 25 de Abril mais longe É que o 25 de Abril é mais do que uma data charneira É o dia em que desabrocha, em estado nascente, o movimento colectivo que haveria de modernizar e transformar Portugal no que somos hoje Em momentos raros, como esse, o futuro irrompe no presente e tudo é possível, porque tudo está de novo em aberto É por isso que são momentos de euforia e entusiasmo colectivos. E é também por isso, porque trazem em si uma abertura primordial, que são datas portadoras de futuro

Sr. Presidente, Srs Deputados Que sentido terão, então, à luz do mundo actual, em pleno ano 2000, as generosas promessas de Abril?

Que significa «democratizar» num mundo globalizado, em que aquilo a que já se chamou ditadura dos mercados financeiros se sobrepõe ao poder dos Estados e dos povos? Que quer dizer «desenvolver» num tempo em que a humanidade é duas vezes mais inigualitária que era há 40 anos, apesar do crescimento económico mundial nunca ter sido, nesse intervalo, inferior ao da população? E que sentido dar à palavra «descolonizar» num tempo em que o pensamento único identifica, como afirmou Peter Drucker, mundo globalizado com mundo ocidentalizado?

Começemos pelo «democratizar» Vivemos hoje um extraordinário paradoxo Numa altura em que se desfez a alternativa ao modelo capitalista e em que países de Leste, economias emergentes e povos oprimidos de todas as latitudes aspiram por construir Estados democráticos, a democracia representativa dos países ocidentais atravessa uma crise profunda

Crise que se manifesta em três planos distintos na representação política, com o descrédito sobre os políticos, que alimentam expectativas muitas vezes superiores ao que podem realizar, na participação, com níveis de abstencionismo eleitoral crescentes, apesar de, ao mesmo tempo, se assistir à proliferação de movimentos associativos e de protesto que, por vezes, derivam em fenómenos populistas ou mesmo xenófobos, no vínculo social e político, com o endeusamento do individualismo consumista e a fractura social

A todas estas transformações não é estranha a explosão tecnológica e mediática das últimas décadas O espaço público virtual dos *media* sobrepõe-se ao espaço público da cidadania A aceleração do tempo, a transformação da notícia em produto de consumo induzem novos comportamentos por parte dos responsáveis políticos A temporalidade da ação política é, no entanto, diferente da vertigem noticiosa A «democracia de emoção», comandada pela reacções instantâneas aos acontecimentos da agenda mediática em perene desfile, substitui a reflexão A impaciência mediática dá-se mal com a necessária paciência democrática As medidas são substituídas pelo seu anúncio, a conjuntura ocupa o centro do debate político, em prejuízo das reformas estruturais que exigem outra profundidade de análise

A democracia do nosso tempo é, mais do que nunca, uma democracia complexa Para cada problema haverá sempre múltiplos olhares que é preciso ter em conta Terminou o tempo das leituras simplistas, maniqueistas Não podemos prescindir da utilização inteligente dos novos meios de expressão e comunicação que estão ao nosso alcance, como é evidente Mas também não podemos fechar ouvidos à vontade de participação que os cidadãos manifestam das mais diversas formas, nem ainda adiar a entrada significativa de mais mulheres para os cargos de decisão a que têm direito Temos, nesta Assembleia da República, particulares responsabilidades Porque somos, de todos os órgãos de soberania, o mais exposto à curiosidade mediática Mas também porque este é o mais plural dos espaços de poder político entre nós

Sr Presidente, Srs Deputados É tempo de passarmos ao segundo «D» Que significa desenvolver Portugal, no contexto semiperiférico, embora europeu, que ainda é o nosso? Como fazer frente aos desafios da chamada «nova economia»? E como combater, ao mesmo tempo, a ameaça ecológica e a exclusão social?

A resposta a estas questões passa por uma outra, a meu ver essencial a do papel do Estado enquanto garante de condições de igualdade de direitos e oportunidades para todos os cidadãos Esta é uma das questões em que o consenso constituinte mais rapidamente se desfez A ideia de um Estado motor do desenvolvimento, corrente nos anos 70, e que em Portugal se exprimiu pela constitucionalização de uma enorme intervenção do Estado na organização económica, foi substituída pelas teses ultraliberais dos anos 80 Foram elas que abriram caminho à desregulação e à implantação da globalização financeira como hoje a conhecemos Foram também elas que

procuraram e ainda procuram desmantelar os Estados providência herdados da tradição humanista europeia Numa economia pequena e dependente como a nossa, a alteração radical do papel do Estado num tão curto espaço de tempo — de autoritário a revolucionário e de revolucionário a liberal, em pouco mais de 10 anos — e a posterior abertura aos mercados, em simultâneo com a entrada de substanciais fundos comunitários, acabou por se traduzir numa espécie de desenvolvimento do avesso Abandonaram-se sectores produtivos tradicionais, com consequências na desertificação do território E o próprio Estado absorveu grande parte das ajudas comunitárias para financiar acessibilidades longamente adiadas Ainda hoje, assistimos ao paradoxo de ver os maiores defensores da «mão invisível» dos mercados serem os mais ferozes paladinos da intervenção económica do Estado, através de subsídios, à primeira dificuldade

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Não negamos, naturalmente, a falência de concepções burocratizantes do papel do Estado na economia, mas também não é menos evidente que há bens cujo acesso só o Estado pode garantir a todos Falo dos bens sociais, como a saúde, a educação, a segurança social Também é claro que num mundo cada vez mais competitivo o Estado tem um papel regulador de que não pode demitir-se Os próprios equilíbrios e consensos sociais passam cada vez mais pelo papel mediador do Estado A defesa do território e da paisagem, ameaçados por modos de produção poluentes e predadores, não dispensam tão-pouco uma activa vigilância do Estado A multiplicidade de papéis e tarefas que se pedem ao Estado moderno não pode ser ignorada E a necessidade de salvaguardar a sua independência perante pressões económicas de escala supranacional exige que as suas decisões, em particular na área económica, sejam transparentes e compreendidas pelos cidadãos, sob pena de assistirmos a formas encapotadas de «privatização do Estado» que não podem deixar de ter efeitos perversos na democracia

A chamada «nova economia» também interpela o papel do Estado A vertigem da expansão das novas redes de telecomunicações a todo o planeta abre perspectivas de mercado exponencialmente multiplicadas A Internet, em 1999, chegava, no entanto, apenas a 2% da população mundial Como garantir a todos, desde a base, o acesso a este novo e poderoso meio de conhecimento? Como levar a cabo uma verdadeira reforma do saber, a partir da acessibilidade a tantos dados, a uma quantidade nunca antes vislumbrada de informação?

É à escola que cabe o primeiro passo Essa é, talvez, uma das maiores reformas de fundo que está já a ser feita em Portugal, sem grande alarde mas com enormes consequências no futuro. Mas, atenção não basta garantir aos jovens o acesso à Net para fazer de Portugal um país da «nova economia» Há que preparar saberes, competências e meios Há que lutar por conteúdos em português e há que aprofundar o papel dos mediadores-professores, pais, jornalistas, agentes culturais A Net, sozinha, não fará bons cidadãos

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — A igualdade e a fraternidade são construções humanas, não o resultado automático de um

qualquer processo tecnológico, por mais aliciante que ele seja

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Desenvolver passa também, necessariamente, por uma melhor gestão e distribuição dos nossos recursos Talvez, de entre eles, o pior distribuído seja o tempo Enquanto uns vivem no frenesim de um quotidiano que não lhes deixa sequer espaço para descansar, outros, em particular os desempregados e os reformados, têm muitas vezes um tempo que não é útil nem valorizado pela sociedade Um processo de desenvolvimento sustentável não dispensa uma profunda reflexão sobre a forma como partilhamos o tempo, o que nos é dado e o dos outros Já há países e meios laborais onde se discute não só a redução dos horários de trabalho mas, sobretudo, a ideia de «tempo total», incluindo nele a formação e o transporte Já repararam, Srs Deputados, na profunda desigualdade que se instalou no nosso país entre urbanos e suburbanos, uns, a minutos do trabalho ou emprego, outros, desperdiçando todos os dias horas preciosas que ninguém lhes paga e que são roubadas ao lazer e à família? Como pedir a quem gasta três horas por dia no trânsito que participe mais, intervenha mais ou se interesse mais pelos problemas dos outros?

**Vozes do PS** — Muito bem!

**A Oradora** — Sr Presidente, Srs. Deputados Chego ao fim do tempo e do discurso para me deter rapidamente no terceiro «D» - descolonizar Que sentido tem ele, hoje, num mundo unipolar? E que papel têm pequenos Estados como o nosso, fundados na legitimidade democrática, quando os grandes poderes são planetários e o poder político é nacional? Há quem defende que, na actual configuração geopolítica, o Estado-Nação terá como missão legitimar e vigiar os mecanismos de governo supranacionais A necessidade de assegurar o lugar do seu país no mundo impõe-se, assim, cada vez mais, os pequenos países.

O desenvolvimento económico e social num mundo aberto não se pode conceber à escala proteccionista de cada país Mas também não tem de passar, necessariamente, pelo estabelecimento de relações de troca cada vez mais desiguais no contexto internacional Por isso, o Primeiro-Ministro tem defendido a necessidade de reformar organismos internacionais criados para apoiar o desenvolvimento mundial, mas tantas vezes transformados em simples executores do pensamento único, como o FMI e o Banco Mundial Também na ONU se impõe a criação de uma espécie de conselho de segurança económica, capaz de contrabalançar os efeitos devastadores da globalização financeira nas economias mais frágeis A taxa Tobin é outro exemplo de um mecanismo que pode ser criado para evitar novas formas de colonização e dependência e que, hoje, são financeiras, culturais e tecnológicas O exemplo da contracimeira de Seattle, onde redes de associações as mais diversas fizeram frente a uma reforma da Organização Mundial do Comércio desfavorável aos países mais pobres, está aí, como exemplo daquilo que a democracia do ano 2000 nos solicita a capacidade de sermos actores «globais», isto é, de lutarmos, em várias escalas e ao mesmo tempo, pela renovada modernidade do projecto de combate às injustiças e às desigualdades.

Finalmente, descolonizar, para um país que só agora encerra o seu multissecular ciclo colonial, também significa

assumir a herança da História sem complexos nem tardias culpabilizações

**Vozes do PS — Muito bem!**

**A Oradora:** — Como disse o Sr Presidente da República, no Brasil, «Somos responsáveis pelo nosso tempo. O passado herdámo-lo Devemos entendê-lo para transformar o presente».

Descolonizar, hoje, é, ainda, basear o nosso relacionamento com os países independentes saídos das ex-colónias na amizade entre os povos Amizade que não pode ser subordinada a quaisquer razões de Estado que não sejam as que derivam da nossa obrigação de respeitar e promover os direitos humanos

Sr. Presidente, Srs Deputados, na madrugada de 25 de Abril de 1974, uma canção de Zeca Afonso deu-nos o mote da revolução Passaram 26 anos. Parece que foi ontem Mas foi, o século XXI que, nesse dia, se abriu para nós

*Aplausos do PS, de pé*

**O Sr. Presidente:** — Antes de eu próprio usar da palavra, porque também sou filho de Deus e da Pátria, faremos uma breve interrupção dos trabalhos, a pedido do Sr Presidente da República

*Pausa*

Sr. Presidente da República, Sr Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em representação do Primeiro-Ministro, Srs Membros do Governo, Srs Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs Vice-Presidentes da Assembleia da República, Srs Deputados, Srs Representantes Diplomáticos, Srs Ex-Presidentes da República e da Assembleia da República e Ex-Primeiros-Ministros, Excelências, Srs Representantes da Associação 25 de Abril, Ex<sup>mas</sup> Autoridades Judiciais, Civis e Militares, Srs Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sr Presidente da República, a presença de Vossa Excelência nesta cerimónia, que nem o passado nem o presente dispensam, confere-lhe um particular significado. Representando a República, Vossa Excelência representa aqui a Pátria que há 26 anos foi liberta E representa-a com singular autoridade Foi dos que se bateram pela sua libertação antes de Abril e pela sua consolidação depois Continua a bater-se, no exercício do seu múnus Bem haja, por ter querido estar uma vez mais no meio de nós.

Abril é também a Constituição que dele saiu E foi aqui, neste cenário tão cheio de evocações, que ela foi possível Tê-lo sido com dificuldades inenarráveis só a torna mais preciosa Com ela, todos os dias são de Abril

Abril é, ainda, o fim honroso de Macau e o inicio de uma relação privilegiada com a China Não deploremos esse, ahás dignificante, remate histórico Orgulhemo-nos, isso sim, da história que precedeu esse remate

Abril é enfim o princípio da libertação de Timor A concretização de uma solidariedade, povo a povo, que só agora pode, sem entraves — assim o espero —, ser concretizada As esperanças que os nossos irmãos de Timor depositam em nós vão pôr à prova a nossa fidelidade ao espírito de Abril

Ilustres Autoridades e Ilustres Convidados, obrigado também, em nome dos que nesta Casa representam o universo do povo português Honra-nos a vossa presença

Já muitas vezes tive o privilégio de usar da palavra em cerimónias comemorativas do 25 de Abril Volto a tê-lo com a mesma exaltação de sempre. Há sentimentos que não envelhecem

Ao ver estes cravos vermelhos, que há 26 anos tiveram por suporte os canos das espingardas dos soldados triunfantes, sinto o mesmo arrepião de emoção que então senti. De há muito eu tinha marcado encontro com a liberdade Mas tive de esperar meia vida por ela Foi, durante décadas de contestação e de luta, uma esperança incessantemente renovada. A cada desaire dos opressores correspondia do nosso lado uma marcação de data Desta vez não escapam! — dizíamos, como se pela primeira vez o dissessemos Mas incessantemente escapavam!

Dai que, quando em 25 de Abril, alertado por um amigo, acordei ao som de *Grândola Vila Morena*, tive por vitorioso um levantamento militar que, a essa hora, estava apenas a caminho de o ser Nada me podia segurar na cama Saí para a rua ao encontro da minha velha paixão E assisti, ébrio de entusiasmo, ao confirmar da libertação

Vinte e seis anos depois, repete-se em mim a vibração desse reencontro de Portugal com a liberdade E uma vez mais o meu coração se inflama num gesto de gratidão para com os briosos militares que, fartos de opressão e de guerra, aceitaram morrer para não terem de continuar a matar, aceitaram o risco do cárcere para poderem ser livres, aceitaram o risco de serem julgados traidores para não traírem a sua Pátria e a sua consciência

Obrigado, uma vez mais, militares de Abril! Por terdes sido capazes de repor o curso da nossa história nos carris da liberdade E por terdes renunciado às tentações da glória, para que Portugal pudesse ser, ultrapassadas as dificuldades inerentes a todas as rupturas, o Estado de direito democrático que veio a ser, com direito ao novo designio da integração europeia

Foi árduo o caminho. É-o sempre, quando se operam rupturas Ainda assim, foi no nosso caso possível uma evolução regime a regime sem derramamento de sangue, uma paz sem desdouro, uma descolonização sem corte de pontes, um refazer do tecido social sem ódio

O saudoso Salgado Zenha disse um dia que «a libertação é apenas o começo da liberdade» Esta — disse ainda — «não é um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descance»

Não há vitórias definitivas Não nos esqueçamos disso

Tenho aproveitado estas cerimónias «consagratórias» do nosso reencontro com a liberdade, para uma reflexão sobre ela. No seu dia, que melhor homenagem?

O caso é este se os briosos militares de Abril puderam libertar-nos dos inimigos da liberdade desse então, quem, se não nós próprios, agora libertos, podemos defender dos seus novos inimigos a liberdade conquistada?

Passaram-se 26 anos O Mundo era um, deveu outro E debalde tentaríamos iludir-nos continuando a pensar e a agir como se fosse o mesmo

Os inimigos da liberdade eram então o melhor aluno do curso da ditadura, e os seus acólitos civis e militares Eram a violação dos mais elementares direitos cívicos e políticos «Era o medo que guardava a vinha» dos interesses instalados.

Quais são, agora, os inimigos da liberdade?

Vindos de fora, com livre direito de entrada, são hoje, entre outros a globalização, que ameaça absorver as pátrias, a competição económica universal livre e sem regras, que concentra a riqueza em cada vez menos mãos

e dissemina a fome por cada vez mais bocas, as agressões aos equilíbrios naturais que tornam problemática a sustentabilidade da própria vida humana sobre a terra, o crime universal e cientificamente organizado a partir dos lucros fabulosos dos tráficos ilícitos, em especial das drogas, que impunemente alastram e vertiginosamente dominam faixas crescentes da economia global e do correspondente poder político, as novas tecnologias da informação, que educam para a violência, a competição, a obsessão do sucesso individual, do dinheiro e de uma visão lúdica da vida, o esboroar das identidades nacionais, regionais e locais a caminho de um Mundo de clones psicológicos e comportamentais, a que se seguirão, se os não precederem, os clones biológicos que as ciências da vida já encomendaram, em geral, os avanços da biotecnologia, que a cada nova descoberta, que nos maravilha, fazem corresponder novos riscos geradores de pânico, um avassalador indiferentismo moral que nos levará em breve a inquirir, com inteira lógica, em nome de quê proibiremos o quê, enfim, para não ser exaustivo, a nova ideologia que esteve na base de tudo isto, a ideologia ultraliberista Reclama-se, ela também, da liberdade, mas só teórica e formalmente a partilha Bem ao invés, concentra-a nas mãos de novos opressores

Estes e outros novos inimigos invadiram, sem obstáculos, que cuidadosamente eliminaram, as fronteiras que deixámos de ter

Mas talvez não seja impossível identificar outros novos inimigos gerados no nosso próprio seio São, admito, mais causados do que causantes, mas não deixam de reforçar a gravidade dos que importamos Desde logo, a perigosa convicção de que a liberdade foi, desta vez, uma conquista sem reverso Einstein demonstrou científicamente que o próprio universo não é estável Como havia de sé-lo um conceito — ainda que convertido em sentimento, o que nem sempre é o caso —, que a história fez vacilar ao sabor dos caprichos de um qualquer vencedor?

Seríamos insensatos se, em face das profundas transformações ocorridas nas sociedades humanas, assumíssemos uma atitude de confiada descontração e passividade

«Queiramos ou não» — escreveu François Jacob — «o Mundo dos homens vai mudar Mais vale orientar a mudança do que aceitá-la passivamente»

Acho eu que o risco é maior ainda É que não apenas o Mundo vai mudar, como já substancialmente mudou Não basta assim evitar a passividade na antevisão do futuro, é fundamental corrigi-la na perspectiva do passado Recusemos, pois, uma visão sem horizontes espaciais e temporais alargados da realidade do nosso tempo e das tendências irreversíveis da sua evolução Preocupemo-nos, não apenas com o aqui e agora, com a indignação nossa de cada dia, com vitórias fugazes sobre, quantas vezes, falsos inimigos de ao pé da porta, mas também, sobretudo, com os verdadeiros inimigos da nossa civilização e dos seus valores

Tudo hoje diz respeito a todos, onde quer que ocorra Tudo hoje muda em ritmo de vertigem Ser conservador, hoje, é tentar reanimar um morto O amanhã está cada vez menos contido em hoje Reencaixá-lo em ontem é tentar inverter o curso de um rio Recusemos o conservadorismo e a resignação

Também é já nosso, embora partilhado com as democracias modernas, o recuo do Estado e da sua autoridade bem como a emergência de uma sociedade civil

que anseia por dispensá-lo quando não substituí-lo São de todos nós conhecidas as manifestações desta tendência Transitam, ante os nossos olhos, pelas páginas de todos os jornais e pelos noticiários de todas as estações emissoras A opinião pública está convertida em nova ágora E a necessidade de lhe não desagrurar — já que o poder depende do voto, e o voto do agrado que o poder difunde — opera sem obstáculos visíveis ou imagináveis uma deslocação do próprio poder do Estado para a sociedade civil e desta para os seus pólos de opinião É isto um bem? Um mal? É de qualquer modo outra coisa, e não podemos ir andando ao sabor da rotina, como se fosse a mesma

Quem diz sociedade civil, como nova sede de poder, diz, naturalmente, os que na sociedade civil dominam os circuitos do poder económico e, de entre estes, os que dominam os circuitos do poder mediático

Fonte específica de insegurança é, em toda a parte mas também entre nós, o aumento incessante, após décadas de políticas repressivas, do flagelo do tráfico e consumo de drogas É conhecida a minha posição sobre isso Sei que não é ortodoxa, mas vai fazendo o seu caminho O que de momento me interessa realçar, uma vez mais, é que, se não formos capazes de travar o avanço da criminalidade e em geral da insegurança, deixaremos avolumar o risco do recuo da liberdade E é hoje claro que não inverteremos o ciclo das drogas e do crime organizado alimentado por elas com reacções criminais, policiais, judiciais e prisionais localizadas e gastos, que as ultra sofisticadas mafias, triades e camorras digerem ao pequeno almoço Do que se precisa é de medidas políticas concertadas o mais possível a nível global (que ao menos se globalize também o que é positivo!) ou, no mínimo, ao nível de espaços alargados *Aliquando Júpiter dormitava* — leia-se, a União Europeia

Os novos candidatos a ditadores sabem isto E já de novo espreitam a hora do regresso A pensar nusso, admito às vezes que os defensores do recuo do Estado podem não ter a ver apenas com a contabilidade dos lucros

Foi para controlar o apetite de poder do Estado, que também o tem, que os gregos inventaram a democracia directa no começo, dentro em pouco electrónica, ou seja de novo directa Com a mesma finalidade concebeu Montesquieu a separação dos poderes Escapa-nos acaso que a democracia económica, ou seja a livre competição entre fortes e fracos, é uma ficção democrática como a que no exercício de direitos políticos existe entre nababos e famintos? Ou que a concentração da riqueza em poucas e cada vez mais ignotas mãos, em poucas e cada vez mais federadas empresas, cria novos centros de poder feudalizado que corroem, também, a já débil autoridade dos Estados?

É para mim ponto assente que a concentração do poder económico em cada vez menos pólos e a difusão do poder político formal por cada vez mais autarquias individuais só pode contribuir para o fim do Estado, criando espaço para a sua substituição pelo mercado Oxalá este meu receio não passe de uma rabugice de velho A verdade, porém, é que ele é passível de algumas justificações lógicas Desde logo, a de que o Estado moderno nasceu no quadro de espaços limitados, delimitados e autoprotegidos As correspondentes sociedades humanas formavam um corpo político identificado e coeso Como que sem pré-aviso, os corpos políticos tradicionais fundiram-se no espaço de um único mercado, um único sistema de informações, um universal casino financeiro isento de imposições fiscais, um espaço global de que se abateram as tradicionais cancelas

Dito de outro modo o espaço das unidades políticas herdadas tende a ser, se não é já, o espaço do próprio planeta O velho Estado-Nação, como unidade politicamente autónoma, organizada e controlada, é-o cada vez menos As velhas demarcações geográficas, económicas, políticas e sociais voam em pedaços

Jean Marie Guéhenno, ao pé de quem sou um incurável optimista, colocou já a seguinte questão «se a solidariedade já não se deixa encerrar na geografia, se já não há cidade, se já não há nação, pode, no entanto, haver política»?

Pessimista sou, mas não tanto! Há nesta pergunta, no mínimo, uma precipitada confusão entre caminho e ponto de chegada A nação ainda não desapareceu! Pode, inclusive, resistir à morte do Estado! Se a política resistiu à morte da cidade, ou à federação de Estados, por que não há-de resistir ao fim do Estado-Nação, se for esse o caso?

É certo que a política, no presente e no futuro previsível, perde preeminência, que a separação entre público e privado se banaliza, que o indivíduo substitui cada vez mais o cidadão, que formas originais de livre arbítrio fazem em tiras os velhos pactos comunitários, enfim, que, depois da morte sociológica de Deus, assistimos agora à agonia política do Estado, que, na teoria do poder, o substituiu Mas não estará na União Europeia — a experiência política mais avançada e original da era moderna — o refúgio da esperança e um primeiro contributo para o preenchimento do vazio assim criado?

Quem, há apenas três décadas, podia ter previsto a União entre Estados europeus soberanos que está aí, com uma boa dúzia de novos países a pedir «Visto» de entrada nela, ansiosos por abdicarem, eles também, de succulentas fatias de soberania em troca de uma nova dimensão espacial, económica e política? De um novo corpo político, em suma? Que falta lhes fazem o banco emissor e a moeda própria? Que dano real lhes causam a segunda cidadania europeia, o sistema jurídico supranacional europeu ou as políticas comuns definidas a partir da cúpula? Morreu, por isso, a política na Europa?

A Europa e Portugal, em particular, nasceram com vocação universal Por que haviam de se sentir contrafeitos num Mundo que progressivamente se universaliza?

De outra política sim, precisamos dela Da definição de novos corpos políticos e de novos espaços de solidariedade, seguramente Mas porque precisamos de renovar a espécie, apressamo-nos a fazer o enterro do género?

Não é a primeira vez que há quem julgue que a abundância, a ordem e a felicidade nascerão para todos no dia em que morrer o Estado Os utopistas e os anarquistas de todos os tempos cultivaram essa ilusão Antípodas, como marxistas e neoliberais, acalentaram-na e acalentam-na ainda

Hoje mesmo, a cada passo, clama-se por um «Estado mínimo», em nome da mais cruel das ilusões a de que o mercado, depois de Deus e do Estado, se rege por equilíbrios invisíveis e automáticos que asseguram todas as bem-aventuranças É porém hoje inegável que essas bem-aventuranças, ao mesmo tempo que fazem crescer a riqueza, exponenciam a fome, a pobreza, a exclusão social, a droga e a criminalidade em doses sempre crescentes e cada vez mais generalizadas Por que esperamos para apear de vez esse novo mito? Ou estamos à espera de que os famintos, os ignorantes e os desempregados, que não têm lugar à mesa da liberdade, cresçam a tal ponto em número

e em indignação que uma ruptura violenta substitua a nossa passividade e a nossa resignação?

Todos esses marginalizados já são tantos que uma pergunta se impõe: quantos mais são precisos para que termine esta fé irracional num «bezerro de ouro» que a não merece?

Tenho, assim, de admitir que o nosso maior inimigo somos nós mesmos Cegos, por nos recusarmos a ver Fanáticos, por nos recusarmos a descrever Alheados, por nos recusarmos a reflectir

Os teóricos da morte sociológica de Deus não se esqueceram de perguntar o que seria de nós sem ele Se completarmos o assassínio do Estado, a mesma questão se há-de pôr sem ele, como nos governaremos?

Tarde demais para nos agarrarmos à tábua de salvação do mercado, julgávamos que era de madeira e flutuava, mas é de papelão e vai ao fundo Deu azo às maiores discriminações jurídicas, económicas e sociais de sempre e foi responsável pelo mais completo vazio moral da nossa civilização

Vejo-me, assim, compelido a repetir a pergunta de há pouco que outros capitães de Abril hão-de defender-nos e libertar-nos dos nossos novos inimigos? Com que armas havemos de defender-nos? Com que determinação e com que coragem?

Eis um bom tema aberto à nossa reflexão Se o dia é da liberdade, não desviemos dela e da sua defesa o essencial da nossa atenção Não nos fixemos, exclusive ou sequer preferencialmente, nos pequenos desagradados do *hic et nunc* ou, como diria o «divino» Eça, no calcanhar da Luzinha Carneiro

Que monta anteciparmos as emoções de distantes actos eleitorais, ou sobrevalorizarmos o significado do aumento dos combustíveis, ou da reacção popular à localização dos aterros sanitários, ou o negativismo dos que adoram governos caídos, emoções fortes e querelas partidárias? Tudo isso terá, para o cidadão comum, ou mesmo não comum, importância que não pretendo negar Mas há mais coisas sob o Sol que justificam a nossa atenção, o nosso empenhamento, a nossa indignação e as nossas batalhas

Não nos iludamos Parecem distantes, mas estão no meio de nós E o facto de, espero bem, continuar a não ser popular a lógica do caos com que se vêm avaliando as realidades nacionais — até porque a realidade a não sufraga — não significa que possamos dormir tranquilos porque a Sida ataca mais a África, a fome vitima mais a Ásia, ou o desemprego é também um flagelo típico do Terceiro Mundo Todo o Mundo é hoje primeiro e único no alastrar das desgraças.

Proponho, então, o quê? Doses maciças de consciência dos problemas globais do nosso tempo e do reflexo que têm ou podem vir a ter no nosso próprio País, que abandonemos a visão lúdica que tem guiado as nossas vidas, as rotinas que têm amolecido as nossas consciências, o facilitismo que tem presidido às nossas escolhas, o fatalismo que tem dominado os nossos juízos E que preparamos o nosso espírito e, pela educação, os nossos jovens para as mudanças conceptuais, as reformas institucionais ou mesmo as rupturas estruturais que são necessárias para que travemos esta cada vez mais inelutável queda para abismos de que não haja regresso Tudo seria diferente se aceitássemos o ponto de partida de que precisamos de outro Estado, outro mercado, outro pacto social Isso a que é frequente chamar-se uma «Nova

Ordem Mundial», a pensar-se, quantas vezes, em reforminhas de superfície. Mas, para isso, já lá vai o tempo!

Sei que vou ser, uma vez mais, julgado pessimista, como podia não ser. Nunca o fui, apesar de tudo, tão-pouco. E vou ficando imune a esse desconforto. Em consciência, julguei ser este, hoje e aqui, o meu dever.

Isso me basta!

*Aplausos do PS, de pé, do PCP e de alguns Deputados do PSD*

Para uma intervenção, por direito próprio, tem a palavra o Sr Presidente da República

O Sr Presidente da República (Jorge Sampaio) — Sr Presidente da Assembleia da República, Srs Deputados, Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Uma palavra prévia, peço que transmitam um reconforto e a minha solidariedade à Sr.ª Deputada Isabel Castro, percebo o que terá sentido.

Em segundo lugar, quero agradecer a todas VV Ex<sup>as</sup> o terem possibilitado que esta sessão se realizasse de modo a que eu próprio e a delegação dos Srs Deputados pudéssemos estar presentes. Muito obrigado a todos.

*Aplausos do PS*

Minhas Senhoras e Meus Senhores, tive a grata honra de participar, nos últimos dias, em representação de Portugal, nas Comemorações Oficiais dos 500 anos da descoberta do Brasil. Foram cerimónias marcantes que celebraram a História comum de dois Estados e de duas Nações que persistem em projectar no futuro um passado de cinco séculos.

No espaço de poucos meses participei na cerimónia de transferência de poderes em Macau, visitei Timor-Leste, finalmente livre da ocupação, e homenageei, em Porto Seguro, esse feito maior de Pedro Álvares Cabral que nos revelou o Novo Mundo.

É impossível viver tais momentos sem reflectir sobre o extraordinário percurso que Portugal iniciou no século XV e nas consequências que esse percurso projectou na percepção que temos do nosso lugar no mundo. Essa percepção importa reconhecê-lo, mudou, significativamente, nas últimas décadas, fruto da instauração do regime democrático.

A expansão marítima portuguesa marcou o País de forma indelével. Desde então, Portugal viveu sempre para além do seu território original. As formas da relação estabelecida entre Nação e territórios variaram ao longo da História do entreposto ultramarino ao Império, do Império à descolonização.

A transferência de poderes em Macau e o referendo em Timor-Leste encerraram esse largo ciclo histórico.

Permito-me recordar as responsabilidades que assumimos em relação a Timor-Leste, no auxílio à reconstrução do País e à formação de um Estado independente. Criámos enorimes expectativas. Não as podemos desiludir. O relacionamento estável entre os dois povos não poderá viver apenas dos afectos, antes deve assentar na efectiva solidariedade entre Estados, como forma de contribuir para o desenvolvimento daquele povo tão grande pela sua determinação e pela sua coragem. Nesse sentido se inseriram as recentes visitas a Timor de uma delegação da Assembleia da República, que

aqui quero saudar muito em especial, e do Sr Primeiro-Ministro.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Com o 25 de Abril, a democracia portuguesa soube encontrar na União Europeia a natural plataforma de inserção regional de Portugal. O projecto europeu abriu caminho a uma transformação do País no espaço de uma geração, contribuindo para a racionalização de estratégias de modernização económica e social.

Portugal definiu, ao longo destes anos, de forma clara e consistente uma nova política externa assente, hoje em cinco pilares essenciais: a língua, as comunidades portuguesas, a diplomacia política, as relações económicas e a participação militar em acções internacionais de manutenção de paz. Reconheça-se, porém, que a herança de um imaginário histórico imperial se entrecruza, por vezes de forma equívoca, com a formulação do novo papel de Portugal no Mundo. Importa encerrar, de vez, esse período de transição entre mutos do Império e a inserção num futuro que, em definitivo, tem de assentar em estratégias claras, inseparáveis dos nossos valores democráticos.

*Aplausos do PS*

Recuso a visão de um Portugal pequeno que, à míngua de instrumentos e meios necessários à sua política externa, veja diminuído um prestígio internacional que assenta na História e no trabalho notável realizado pela democracia portuguesa.

Recuso, igualmente, uma visão retórica que evita a assunção de responsabilidades desproporcionadas em relação aos meios que Portugal deve disponibilizar, por si só, para a execução da sua política externa. Tal como não me reconheço numa interpretação que confunda o rigor formal, que deve presidir às relações entre Estados, com a liberdade militante das relações entre sociedades civis.

É necessária uma permanente pedagogia política que recrie um consenso nacional e público sobre as formas de projecção da posição de Portugal no Mundo, consolidando a sua nova dimensão e valores, os seus conceitos e os meios necessários. Qualquer omisão, nesse domínio, pode criar uma tensão difícil de gerir, porque assenta em expectativas desfasadas da realidade e daquilo que é razoável exigir do esforço português.

O estatuto de Portugal na União Europeia e na Aliança Atlântica define, de modo estável, a nossa posição internacional como parte integrante da aliança das democracias europeias e ocidentais. O nosso futuro é inseparável da consolidação dessa Aliança e da construção de uma Europa assente na diversidade e no aprofundamento da integração. Como mais uma vez o demonstra o nosso desempenho na Presidência da União Europeia, Portugal tem uma intervenção activa na definição das grandes orientações do projecto europeu. O Conselho Europeu de Lisboa e a Cimeira Euro-Africana do Cairo são, indiscutivelmente, bons exemplos da nossa capacidade política, que contribuiu decisivamente para o sucesso dessas duas iniciativas da Presidência portuguesa da União.

*Aplausos do PS*

Do mesmo modo, queremos impulsionar decisivamente a Conferência Intergovernamental, criar condições para uma capacidade própria de intervenção da União Europeia nas

crises regionais e, sobretudo, prosseguir o alargamento às novas democracias da Europa Central e Oriental. Trata-se, por um lado, de consolidar as instituições europeias e de reforçar a autonomia estratégica da Europa e, por outro, de responder a uma oportunidade histórica, sem precedentes, de fazer coincidir as fronteiras da União Europeia com as fronteiras da democracia na Europa Portugal será mais forte, é a minha convicção profunda, numa União reforçada e alargada

**O Sr José Magalhães (PS) — Muito bem!**

**O Orador** — A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é uma prioridade da nossa política internacional e um importante vector da capacidade de afirmação externa do nosso País. Ela deve assentar numa dimensão ética e cultural e na criação de condições económicas e sociais de apoio ao desenvolvimento que continuem a permitir a Portugal projectar-se como interlocutor respeitado e desejado.

Temos valorizado, igualmente, o projecto ambicioso da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma instituição de vocação regional. O seu lugar no sistema de relações internacionais está ligado ao desenvolvimento da cooperação em novos domínios. É esse caminho que continuamos disponíveis para aprofundar.

Aproveito para recordar a presença, neste Sala, há um ano, e nesta mesma cerimónia, do Presidente Joaquim Chissano. O povo moçambicano acaba de sofrer os efeitos dramáticos de uma catástrofe natural, que ceifou inúmeras vidas humanas, destruiu haveres e infra-estruturas. Faço votos para que a ajuda internacional se mantenha, mesmo depois de terminada a fase de emergência, porque dessa ajuda depende o destino de milhares de moçambicanos.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — As nossas relações com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé são relações entre Estados independentes e soberanos, alicerçadas na História e construídas na consciência comum de interesses estratégicos convergentes. Ao longo dos últimos 25 anos, os laços diplomáticos e institucionais têm-se reforçado e as sociedades civis têm aprofundado os seus contactos culturais, técnicos, científicos e empresariais.

Apesar das circunstâncias particulares e complexas da situação político-militar angolana, Portugal sempre assumiu e valorizou um relacionamento amplo e reciprocamente proveitoso com a República de Angola.

Importa reafirmar, hoje, esse interesse estratégico, no incontornável pressuposto de que ele é desejado e correspondido, como não pode deixar de suceder entre países amigos e Estados independentes. Assim como importa reiterar o contínuo e consistente interesse português no restabelecimento da paz em Angola, condição indispensável ao desenvolvimento e à consolidação do processo democrático do País, em todas as suas vertentes.

No quadro da nossa política externa, quero, ainda, destacar a cooperação que temos vindo a desenvolver através das Forças Armadas Portuguesas. Elas estão hoje mais aptas para responder às exigências do mundo contemporâneo. O seu processo de adaptação e modernização não está, porém, concluído. Há um longo caminho a percorrer, que exige urgência e determinação e apela à capacidade de compromisso de todos.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — É necessário dar um impulso decisivo às três vertentes de acção fundamentais para a melhoria da eficácia das Forças Armadas: a profissionalização, a modernização e a racionalização das suas estruturas. A disponibilidade limitada de recursos do País não se compadece com demoras no cumprimento das grandes prioridades que devem orientar o esforço de modernização das nossas Forças Armadas. A optimização dos recursos impõe que se proceda a uma profunda revisão das actuais estruturas, segundo critérios de versatilidade, flexibilidade e funcionalidade.

De facto, Portugal só tem a ganhar com uma coordenação eficaz dos seus recursos e com um reequipamento militar adequado às missões que deve desempenhar, quer por si quer integrado em missões humanitárias ou militares internacionais.

No quadro da União Europeia, está em curso um aprofundamento da vertente segurança e defesa, através de iniciativas que visam o desenvolvimento da capacidade militar europeia na resposta a crises regionais. As Forças Armadas portuguesas não podem deixar de acompanhar esta tendência dinâmica, adquirindo maior aptidão para cumprir as suas missões externas. O estatuto que Portugal granjeou, graças à participação nessas missões, como membro activo da comunidade internacional, deve ser sustentado.

No dia, Minhas Senhoras e Meus Senhores, em que se celebra a coragem de quem fez a Revolução e a lucidez de quem compreendeu que o seu futuro dependia da transição do poder para instituições democráticas legítimas e importante sublinhar os relevantes serviços que as Forças Armadas prestam a Portugal, não obstante as conhecidas carências com que se confrontam, nomeadamente no tocante aos meios que permitem potenciar o desempenho das suas missões de interesse público.

Sr Presidente da Assembleia da República, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Quero saudar os militares que preparam e participaram no Movimento das Forças Armadas há 26 anos e para os quais temos uma dívida de gratidão. Ao garantirem, com a sua determinação, sacrifício e coragem, a liberdade e a democracia permitiram o pleno desenvolvimento da cidadania. Esta homenagem não pode deixar de se revestir hoje de um significado muito especial, porque se cumprem, precisamente, 25 anos sobre as primeiras eleições da Democracia, em resultado das quais se formou uma Assembleia Constituinte e se elaborou a Constituição da República Portuguesa.

Nesta sede do poder legislativo, quero lembrar as mulheres e homens que, pela primeira vez, assumindo no confronto livre as suas convicções políticas e partidárias, se submeteram ao sufrágio popular a 25 de Abril de 1975 e deram o melhor do seu esforço, dedicação e saber à construção de uma Lei Fundamental à sombra da qual se desenrolou a vida democrática das últimas décadas.

*Aplausos do PS e dos Deputados do PSD Luis Marques Mendes e do PCP Bernardino Soares*

O 25 de Abril deu a todos os portugueses o poder para debaterem e decidirem em liberdade o seu destino colectivo. É em homenagem a essa liberdade que hoje celebramos que é, de novo, importante pensar o futuro.

O destino de Portugal depende de todos os portugueses, do seu esforço e trabalho, sem dúvida, mas também da sua capacidade de interpretar o presente, de preparar o futuro, de participar nas escolhas, sabendo olhar para além da conjuntura e combatendo o crescente conformismo que se abate sobre as sociedades contemporâneas. Só assim é possível requalificar a cidadania, que traduz e resulta da participação na vida colectiva do País.

Confrontados com a necessidade de assegurar as condições de sustentabilidade do nosso desenvolvimento, temos de apostar permanentemente numa política de rigor na gestão dos nossos recursos.

Tenho aludido reiteradamente a este tema, pois julgo ser necessário assegurar rigor na identificação de problemas e soluções. Rigor na definição das prioridades políticas. Rigor nos calendários de execução das reformas. Rigor, por último, na gestão orçamental, por forma a criar um permanente clima de confiança na capacidade de previsão e gestão do próprio Estado.

O Estado não pode mover-se, na sua acção, a um ritmo inferior ao da evolução da economia e da sociedade. Tem de saber estar constantemente aberto à inovação, à adaptação a novas funções que lhe são exigidas e a prescindir de algumas que se tornaram supérfluas ou que melhor podem ser desempenhadas por outros, para a satisfação do interesse colectivo. Um Estado que, por lentidão burocrática ou indecisão no caminho das reformas, se mostra incapaz de acompanhar o dinamismo da sociedade transforma-se num factor de atraso na modernização do País em vez de ser um motor do seu desenvolvimento.

Entendo que o desafio que se coloca ao Estado é o da sua própria reforma, uma reforma que assegure o fortalecimento e a agilidade da administração nos domínios onde a sua intervenção activa continua a ser indispensável e útil.

Julgo necessário reabilitar a ética do serviço público, como modelo para a satisfação de necessidades colectivas, apto a assegurar a igualdade e a universalidade no acesso aos bens e serviços públicos.

**Vozes do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador:** — O que recuso — e tenho-o afirmado repetidas vezes — é, por um lado, a cultura da dependência em relação ao Estado, que está, ainda, muito presente na nossa sociedade e na nossa economia e, por outro, e, sublinho, por outro, as tentativas de apropriação das próprias funções do Estado pelas estruturas de interesses parcelares e corporativos.

**Vozes do PS, do PSD e do CDS-PP — Muito bem!**

**O Orador** — Sinto, ainda, o Estado pesado e lento, centralista, pouco ágil e inseguro na concretização, no terreno, de um programa de modernização, descentralização e descentralização. Sinto o Estado fraco na defesa do interesse colectivo perante o poder crescente dos grupos de interesse organizados.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador:** — Em suma, sinto-o menos apto a exercer as funções reguladoras, próprias de um Estado moderno.

Vivemos, hoje, numa sociedade aberta e numa economia de mercado, mas a liberdade pode ser ameaçada e a concorrência distorcida, se as instâncias de controlo e de regulação do Estado não funcionarem em nome do bem público.

E, de facto, não creio, Sr Presidente da Assembleia da República e Srs Deputados, que os portugueses se revejam numa crescente evolução corporativa da sociedade. Em lugar do reforço dos instrumentos de defesa e realização dos direitos individuais dos cidadãos e dos interesses comuns, essa evolução representa uma tendência para a satisfação de interesses de grupo cada vez menos sensíveis à necessidade de contratuallizar políticas com o objectivo de combater as desigualdades e satisfazer as aspirações colectivas.

**Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — Só um Estado e uma democracia fortes, com uma estratégia de modernização clara, asseguram, como lhes compete, a eficaz regulação dos interesses contraditórios, ainda que legítimos. Só essa força determinada, que assume rupturas quando necessárias, consegue assegurar os equilíbrios indispensáveis à defesa dos interesses colectivos. E garante, afinal, a segurança e os direitos dos cidadãos, a todos os níveis, responsabilidade primeira do Estado. Essa é, aliás, uma condição indispensável à promoção de princípios e valores essenciais a políticas de equidade e coesão social.

Recuso, por isso, a concepção de um Estado democrático que não se norteie sempre por uma rigorosa igualdade de tratamento de todos os cidadãos, pela defesa do bem público e pela realização do interesse colectivo.

Por isso, é importante garantir que as decisões de que depende o nosso futuro são tomadas em tempo útil e partilhadas com os cidadãos.

É preciso estar próximo dos portugueses não só para compreender a verdadeira dimensão de tantos problemas que sabemos persistirem mas também para mobilizar a comunidade para a solução a dar-lhes. É indispensável que se sinta e compreenda a extensão das desigualdades e assimetrias, ainda, existentes no acesso, tanto a recursos económicos e sociais básicos, como a equipamentos de primeira necessidade e a serviços públicos. Importa que se reforce o combate, que, inquestionavelmente, tem sido dado, a essas desigualdades, ampliando, com realismo, as políticas sociais activas, para que a solidariedade seja um valor assumido pelos indivíduos e pela sociedade, porque também exercido pelo Estado.

As sociedades, Srs Deputados, são atravessadas, hoje, pela incerteza e pela precariedade. É importante, por isso, que os valores em que fazemos assentar o futuro das nossas famílias sejam mais sólidos. Reconheço que o apego consumista é forte. Criou-se uma cultura, quase uma ideologia, do consumo. A fronteira da sobriedade que separa as despesas necessárias da compulsão consumista parece ter desaparecido.

Tenho-me referido repetidamente a este tema e continuo a considerá-lo como uma preocupação prioritária. O Estado tem também uma função pedagógica e formativa de que não deve abdicar, perante a lógica fria da concorrência entre produtores de bens ou entre prestadores de serviços. A defesa do consumidor não se deve circunscrever à avaliação das qualidades daqueles bens e serviços, mas

deve incluir, fundamentalmente, também, a informação necessária às escolhas individuais.

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Temos de reconhecer que, apesar do esforço desenvolvido por todos os governos — de uma forma ou de outra — ao longo das últimas duas décadas e meia, subsistem problemas sérios por resolver no País. Desde o sistema educativo, chave do nosso desenvolvimento futuro, até ao sistema fiscal, que carece de urgente e incontornável revisão por forma a garantir uma maior equidade social e responsabilização colectiva, todos reconhecemos a necessidade de fazer mais e, sobretudo, com renovado sentido de exigência e de rigor. Sem esquecer, por um lado, o sistema judicial, cuja credibilidade é essencial a um Estado de direito e, por outro, a segurança, com as polícias que para ela contribuem.

Aqui, Minhas Senhoras e Meus Senhores e Srs. Deputados, impõe-se ter por claro que, na defesa do Estado de direito e salvaguardado o estatuto constitucional dos tribunais, magistrados e polícias exercem funções axiais de idêntica dignidade, que todos respeitamos.

Aos tribunais pede-se que punam as violações da lei, às polícias, que as previnam e as reprimam. E, por esta via, participam, uns e outros, no monopólio do uso legal da força que só ao Estado compete. Mas, porque assim é, manda o Estado de direito, que a ambos justifica, que não ultrapassem a medida de força estritamente exigida em cada situação.

#### *Aplausos do PS*

Quando infringem esta ética essencial, não podem, todavia, esperar compreensão da comunidade que servem nem, como aconteceu recentemente com os agentes da PSP, faltar ao respeito que devem a si próprios e à sua função, confundindo, no mesmo impulso, reivindicações de estatuto, legítimas enquanto tais, com interferências, essas sempre ilegítimas, no regular funcionamento das instituições cuja liberdade e independência lhes cabe defender.

#### *Aplausos do PS.*

E essa confusão é tanto mais grave quanto as questões do estatuto das polícias não interessam apenas a elas próprias, interessam, igualmente, ou mais ainda, à comunidade que servem.

Enquanto às polícias não for reconhecido um estatuto que lhes garanta a plenitude da cidadania, é o Estado de direito, na leitura garantística que lhe é conferida pela Constituição da República, que perde e se empobrece.

É por isso que estas questões, mais do que quaisquer outras, têm de ser tratadas com firmeza e rapidez. A autoridade do Estado é para ser exercida, em tempo, com determinação e sempre com muito senso. Mas essa exigência não deve misturar-se com levianas demagogias que clamam, num mesmo gesto, pela reposição da autoridade do Estado e pela compreensão com atitudes que, indiscutivelmente, a põem em causa.

#### **Vozes do PS — Muito bem!**

O Orador — Também, aqui, se pede rigor, como na saúde, onde não há resposta ainda, com eficácia suficiente, às necessidades da população. Persistem, também, um

desemprego de longa duração e dificuldades de acesso ao primeiro emprego, tal como níveis reconhecidos de pobreza urbana e rural. São questões de grande complexidade.

As assimetrias regionais, nem sempre contrariadas de forma sustentada pelas políticas de distribuição dos recursos, prejudicam ou atrasam a coesão do todo nacional.

É certo, sem dúvida, que nos últimos anos se realizaram ajustamentos importantes nas políticas públicas de protecção social, o que contribuiu para minorar as carências dos cidadãos que delas beneficiam. Mas é preciso que estejamos conscientes de que há sectores fragilizados e que se multiplicam factores de marginalização social.

Portugal apresenta também graus de desigualdade na distribuição dos rendimentos sem paralelo em qualquer outra sociedade europeia. Essa tendência tem de ser controlada e invertida, a começar pela reforma fiscal, com medidas que garantam uma efectiva e crescente igualdade de oportunidades. O País tem hoje, felizmente, por comparação com os nossos parceiros da União Europeia, bons níveis de emprego masculino e feminino, níveis de desemprego relativamente baixos, mesmo representando o desemprego de longa duração uma grande parte do nosso total de desempregados. Mas persistem domínios onde a qualidade de emprego não é assegurada e a legislação laboral não é integralmente aplicada. Ora, o respeito pela dignidade dos trabalhadores, sendo, como é óbvio, uma questão do Estado democrático, é igualmente uma questão do desenvolvimento. A competitividade da economia portuguesa só ganhará a prazo com essa qualidade e este respeito.

A evolução da conjuntura aconselha a que se encarem com rigor e exigência novos passos no sentido da modernização do País. Temos todos de interiorizar a urgência dessa modernização, todos, ousando agir corajosamente, ultrapassando o adiamento que tudo compromete e a espera que tudo paralisa. Não é possível olhar apenas ao curto prazo, se com isso se adiam opções estratégicas ou se não concretizam as incontornáveis plataformas de entendimento, que considero elemento indispensável à consolidação de uma modernização solidária.

É, para mim, claro, Sr Presidente e Srs Deputados, que a ideia de uma economia moderna e competitiva exige a aplicação de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

É necessária uma valorização constante da educação permanente, da mobilidade profissional e social, em suma, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança. Precisamos, continuadamente, de uma formação escolar e de uma formação profissional mais exigentes, uma economia aberta impõe novos padrões de qualificação que são decisivos para acompanhar a evolução do mercado de emprego. O desempenho económico do País dependerá, no futuro, ninguém duvide, da capacidade de realização neste domínio.

Esse imperativo de qualificação é igualmente válido no que toca à necessidade, quase que, diria, absoluta, de um mundo empresarial melhor preparado, factor decisivo para a inovação, a organização de empresas competitivas e a sustentação do emprego numa economia aberta, bem como para o desenvolvimento de uma sociedade civil mais autónoma e, sobretudo, menos dependente do Estado.

Sr Presidente da Assembleia da República, Excelências, Srs Deputados A igualdade dos cidadãos perante a lei exige não só o respeito integral pelos seus direitos políticos mas também que a democracia garanta, a todos, uma igualdade de oportunidades económicas, sociais e culturais

Recuso a ideia de um País em que os direitos sociais sejam considerados um luxo cujo exercício fique reservado apenas para épocas de prosperidade Preocupa-me a dimensão das desigualdades A garantia de direitos sociais constitui uma condição de desenvolvimento justo e equilibrado, essencial para uma democracia moderna

É preciso, em tempo útil, gerar níveis satisfatórios de resposta a estas preocupações, para restabelecer a confiança numa sociedade mais justa e equitativa

Portugal tem perante si um problema demográfico que nos próximos anos influenciará decisivamente a questão social portuguesa Trata-se do envelhecimento da população Da coragem e da criatividade com que se desenharem as novas políticas de solidariedade entre gerações depende muito a evolução da sociedade portuguesa

O problema interpela o sistema de protecção social e as políticas de natalidade, com certeza, mas também a forma como valorizamos a relação entre o emprego e a vida familiar e como asseguramos a igualdade de direitos entre homens e mulheres Não é um problema simples, nem um simples problema de natalidade É também um problema de valores, de percepções e de expectativas

Neste aspecto, não o nego, as soluções têm de ser arrojadas, sob pena de não mobilizarem nem as gerações mais velhas nem as mais novas Não basta a iniciativa do Estado, que todavia necessita de ser pioneiro na abordagem do tema Há que contar, também, com a iniciativa dos empregadores que têm de compreender esta realidade e o contributo que podem dar para a sua solução

Recuso, também, a ideia de uma sociedade que não cultiva a dignidade da pessoa humana como forma de reforçar o princípio essencial da solidariedade entre gerações que corre o risco de patrocinar o egoísmo mais do que a generosidade

Sr Presidente, Srs Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores Como é natural, nunca há apenas um único caminho para a solução dos nossos problemas Nenhum partido está isento de responsabilidades nas carências que subsistem Tal como a todos é devida uma palavra de reconhecimento pelo contributo generoso que deram e têm de continuar a dar, no poder ou na oposição, para a estabilidade democrática e para a indiscutível modernização do País Mas, hoje, a mobilização da sociedade para a participação na vida colectiva torna necessário e desejável que se distingam com clareza as propostas concretas e responsáveis, as políticas distintivas que cada um propõe para assegurar as transformações necessárias na sociedade e no Estado Cada um tem as suas responsabilidades próprias o governo de governar, as oposições de apresentar os seus programas alternativos Todos, em suma, são garantes, por igual, da qualidade do debate político que deve estar longe de pulsões demagógicas, que privilegiam o aproveitamento emocional do momento, em detrimento dos interesses estratégicos nacionais

#### *Aplausos do PS*

Disso depende a estabilidade política, a qualidade da nossa democracia e o desenvolvimento sustentado do País

Todos os contributos para assegurar a qualidade do debate político são indispensáveis para fortalecer a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas

É na fidelidade a uma política de responsabilidade que importa assumir, sem equívocos, as diferenças Essa é a forma de clarificação das opções e, por isso, de identificação dos eleitores Só assim se pode levar os portugueses a participar, como todos o desejamos, mais activamente na vida política nacional, conferindo uma legitimidade acrescida aos partidos políticos em que se reconhecem

Olho, como sabem, com apreensão para os sinais de distanciamento entre as estruturas de decisão política e os cidadãos que lhes asseguram a necessária e insubstituível legitimidade democrática

É preciso, como já tive ocasião de dizer, nesta mesma sala, voltar a pôr os valores e as convicções políticas em primeiro lugar, como instrumentos norteadores de uma sociedade onde nem todos os compromissos são aceitáveis, onde a tolerância não pode ser sinónimo de laxismo, onde a dedicação à causa pública tem de ser prestigiada e respeitada

#### **Vozes do PS — Muito bem!**

**O Orador** — A República que todos queremos servir tem de ser aquela em que ninguém espera que as coisas mudem por si, mas onde todos sentem que é seu dever melhorar a sociedade em que se inserem, mesmo que isso implique sacrifícios Por isso, é sempre necessária determinação, tanto para governar, como para oponer aos governos políticas alternativas

Recuso, porém, a ideia de que o País se encontra num impasse Tenho consciência de que estamos perante novos patamares de exigência e de expectativas por parte dos portugueses a que é necessário dar resposta urgente Existe uma consciência pública mais aguda quanto à necessidade de acção política sobre a dimensão de muitas desigualdades e problemas que subsistem na sociedade portuguesa Mas em democracia, felizmente, existem sempre soluções

Sr Presidente, tenho procurado, ao longo do meu mandato, exprimir a minha confiança na democracia e na capacidade de realização do povo português

Se bem que, entre nós, o Presidente da República não governe nem se co-responsabilize pelo cumprimento de um programa de acção governativa, sempre entendi ser meu dever intervir nos grandes temas que se colocam ao Estado, à economia e à sociedade, na defesa dos valores da liberdade e da igualdade em que assenta a democracia portuguesa

Exclusivamente orientado pela prossecução dos fins constitucionais e pelo interesse nacional, a minha preocupação essencial tem sido a de abrir caminhos ou novas soluções, estimular consensos, mobilizar as vontades institucionais e apelar à participação Tenho-o feito sempre numa perspectiva positiva de combate à passividade ou ao fatalismo e de apelo ao empenhamento de todos e à confiança dos portugueses no seu futuro comum Tenho-o feito e pretendo continuar a fazê-lo sempre na mais estrita observância e respeito pelas competências próprias de cada um dos órgãos de soberania e sem interferir na livre competição política entre o Governo e as oposições, condição essencial da estabilidade democrática

Nos estritos limites das minhas funções constitucionais, continuarei, como sempre, a procurar garantir o equilíbrio, a separação e interdependência dos poderes, o pluralismo democrático, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições. E nesse sentido, estarei atento à necessidade de melhorar e aperfeiçoar as práticas democráticas, de corrigir abusos que ponham em causa os direitos fundamentais dos cidadãos e prevenir eventuais bloqueios institucionais artificiais e inúteis.

**Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores**  
O regime democrático aberto com o 25 de Abril restaurou e viabilizou a esperança para Portugal e para os portugueses, quaisquer que sejam as nossas leituras plurais.

Orgulhamo-nos do património de realizações dos 26 anos entretanto decorridos. E os desafios do futuro continuam a interpelar-nos. É para isso e por isso que queremos que a democracia seja mais forte, o mesmo é dizer que a vida colectiva seja mais participada pelos cidadãos, que o debate político seja mais vivo e responsável, e que se criem mais e melhores espaços de afirmação cívica para todos.

Em suma, queremos — estou certo disso — que Portugal se afirme como uma comunidade de cidadãos livres e iguais, numa República moderna e solidária.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

*Aplausos do PS, do PCP e do BE, de pé*

**O Sr Presidente — Srs Deputados,** declaro encerrada esta sessão memorável de evocação e comemoração do 25 de Abril de 1974.

*A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, o Hino Nacional, cantado, de pé, por todos os presentes*

*Aplausos gerais, de pé*

*Eram 20 horas e 30 minutos*

*Intervenção da Deputada de Os Verdes Isabel Castro que, por decisão da Mesa, é publicada na íntegra*

Sr Presidente da República, Sr Presidente da Assembleia da República, Srs Membros do Governo, Sr<sup>as</sup> e Srs Convidados, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados 25 de Abril, «A Liberdade feita dia» — assim lhe chamou Eduardo Lourenço.

Nas luminosas palavras de Sophia

«Esta é a madrugada que eu esperava

O dia inicial inteiro e limpo»

Vinte e cinco de Abril, dia que, à distância, é como se fosse um sonho, um sonho estranhamente claro e nítido, mas de qualquer maneira um sonho. Ou talvez fosse apenas desejo de ser mais real.

Como real e inteira foi a alegria, esse sentimento novo e único de orgulho que fez como que, por encanto, o tempo, o lugar, cada um de nós, se tivessem tornado maiores! E como se, pela primeira vez, pertencessemos a nós próprios!

Abril, o dia de que é preciso falar, sem permitir que a espada vil da mentira lhe roube a pureza, a luz, a brancura e a alegria inicial.

O 25 de Abril, que não foi, como pretendem os usurpadores da história nas suas leituras anestesiadas, um acidente fruto de acaso. Foi, sim, um dia feito de muitos dias, de muitos anos, que foram precisos até lá chegar. Dias arrastados, lentos, sofridos, cansados da violência, da fome, da guerra, dias de insubmissão, resistência e luta, dias por muita gente diferentemente moldados, convergindo noutro dia, aquele em que, num gesto de vontade, porventura também de utopia, jovens capitães cansados da guerra fizeram «emergir da noite luz», para que pudéssemos, nas ruas, com a nossa vontade, construir o dia!

Os capitães de Abril, hoje ainda aqui presentes, que não queremos, não poderemos nunca, deixar fraternalmente de saudar.

Abril como o tempo que pôs fim à ditadura. Ao tempo do pensamento vigiado e único, tempo de terror, de exílio, de censura, de guerra, «dos caminhos de ir lento, sem regresso».

Um Abril em Abril, como o tempo do outro lado o começo, a descoberta, o projecto, o futuro.

E é precisamente, Sr<sup>as</sup> e Srs Deputados, desse Abril, desse projecto, dessa promessa, dessa vontade, agora perdida, de olhar longe e de fazer futuro que, 26 anos percorridos depois de Abril, importa falar, falar para, no seu sentido mais profundo, mais generoso, mais libertador, reencontrar de novo os caminhos.

Uma prioridade que se impõe num país que vive numa democracia formal, que se transformou profundamente, é certo, que cresceu sem dúvida, mas que até agora o fez sem evitar a exclusão, a degradação ambiental e a pobreza.

Uma democracia, assim, de que é preciso cuidar! Uma democracia que só será plena quando deixar de lamentar inutilmente a injustiça e tomar nas suas próprias mãos uma repartição mais equilibrada da riqueza.

Uma democracia que só será plena quando ao egoísmo, à indiferença e ao silêncio acomodado perante fenómenos como a exclusão, a intolerância e a discriminação, contrapuser a solidariedade, a indignação e a responsabilidade partilhada.

Uma democracia que só será plena quando ao trabalho alienante e como direito, em extinção, lhe fizer suceder o trabalho como meio de realização individual, factor de desenvolvimento e de liberação para a vida.

Uma democracia que só será plena quando a escola, em vez se fechar nos seus horizontes e no acesso, se abrir à vida, mas também ao gosto pela experimentação, ao estímulo pela responsabilidade, ao respeito pela natureza.

Uma democracia assim só será plena quando, na vida, o direito à diferença cultural, religiosa, étnica e sexual deixar de ser tabu e quando a não discriminação ousar, finalmente, transformar-se em justiça.

Uma democracia que só será plena quando recusar que imigrantes possam viver clandestinos e se assumir que anti-racismo não é um estado de alma, é um combate diário e sem tréguas contra todas as formas de intolerância e de racismo.

Uma democracia que só será plena quando devolver aos cidadãos a confiança nas instituições que hoje sobre si próprias se fecham, incapazes de interpretar os sinais de descontentamento que elas próprias geram.

Uma democracia que só será plena quando encontrar espaços alternativos de pertença e de organização social.

e neles envolver e fizer participar os cidadãos que recusam a apatia e o conformismo.

Uma democracia que só será plena quando o ambiente e a qualidade de vida forem entendidos como o direito fundamental de todos, condição de bem-estar, de equilíbrio e de saúde e não como um bem de consumo de alguns ou uma qualquer mercadoria passível de troca

Uma democracia, em suma, que só será plena quando, mais do que consagrar direitos (à educação, à habitação, ao ambiente, à saúde ou à cultura), for capaz de os fazer viver, de os fazer sair do papel, de lhes dar vida, na vida, precisamente aos mais carenciados, aos mais discriminados, aos mais ostracizados

Uma democracia, Sr as e Srs Deputados, que vinte e seis anos depois de Abril, neste tempo de caos, de encruzilhada, de desordem, a nível planetário, da Europa e do País, precisa de recuperar a esperança, de encontrar um sentido para o desenvolvimento, de abraçar novas utopias

Uma necessidade que terá de passar pela procura conjunta de uma economia global baseada nouros valores e valias Uma economia justa, democrática e solidária

Uma necessidade perante o gigantismo do novo poder que, como um espectro, paira sobre o mundo O poder brutal das transnacionais que, ao impor a glorificação dos mercados, o lucro como o valor sagrado, tudo destrói e justifica

Um poder sem rosto, tal e qual uma ditadura que se esconde sob uma linguagem técnica, sem cicatrizes, sem história, sem luta globalização, competitividade, deslocalização, concorrência, mercados, privatização. Palavras que só servem de máscara para esconder quem as usa e a natureza do seu poder totalitário

Uma emergência, ainda, face à crise ecológica sem paralelo Uma crise visível no desordenamento do território, na desumanização das cidades, na destruição da floresta, no desperdício energético, na contaminação da água, no desaparecimento de espécies, na perda de diversidade, na desertificação e erosão dos solos, na especulação imobiliária e na pilhagem dos recursos, no aumento das emissões poluentes, no aquecimento global, nas alterações climáticas, que cada vez mais colocam em risco a saúde, o ambiente, a segurança, a própria sustentabilidade do futuro dos nossos filhos

Uma crise neste tempo e neste espaço em que nada nos pode ser indiferente ou distante, tudo nos é próximo e cada gesto não é mais um gesto isolado que implica, em Abril, que nos questionemos sobre o próprio sentido da evolução que à sociedade, ao nosso país, pretendemos dar

Do que se trata é de, num tempo historicamente novo, pôr em causa um modelo de sociedade durante décadas imposto como único, aceite como dogma Um modelo que se dizia ser sinónimo de bem-estar, de progresso, de uma nova geração de direitos e que, ao contrário, se revelou obsoleto, gerador de mais pobreza, mais desigualdade, mais poluição

Uma questão que se coloca no momento em que se põem em causa modelos de desenvolvimento, modos de viver, de produzir, de consumir, e em que nos confrontamos com a inevitabilidade de nos libertarmos da armadilha de velhos paradigmas ultrapassados

O desafio que pressupõe, na dimensão cultural implícita, a participação democrática de todos e o aceitar sermos sujeitos, sem esmorecimentos

O desafio que nos compromete, que exige uma ética, uma responsabilidade, uma solidariedade face às gerações futuras Um futuro que exige o mobilizar de vontades um futuro que a todos respeita e a ninguém concede o direito à indiferença

O desafio que reclama a necessidade de dar respostas criativas aos problemas colocados e que não poderá, seguramente, dispensar as mulheres, pela sua experiência de criação e entrega tão singular

Respostas essas, para nós, que acreditamos que a justiça é construção nossa, que estará nas nossas mãos, em conjunto, desenhar Num tempo que, em Abril, por Abril, terá forçosamente de ser tempo de sustentar causas, de erguer vozes, de acreditar que todas as utopias são possíveis

O retomar do sonho por Abril, mas também pelo povo mártir de Timor-Leste, hoje, finalmente e pela primeira vez, um povo em liberdade!

O povo de Timor-Leste que nos fez descer à rua, vestir de branco, parar, mas que, acima de tudo, nos devolveu a capacidade de acreditar!

Timor que foi «o heroísmo que quisemos partilhar, a utopia que quisemos nossa» Timor-Leste que é ainda, no seu exemplo comovente, o povo que, neste 25 de Abril, importa homenagear através deste poema tão belo de Manuel Alegre

«Levantam-se cedo e começam a lida  
Queimaram-lhes a casa, mas elas próprias são a casa  
Lavam os filhos varrem o chão  
Contra a morte elas celebram os quotidianos rituais da vida

E em cada gesto refazem o lar ausente  
E cada uma renasce a terra destruída  
Timor é onde elas estão  
Elas são o sol nascente!»  
Viva o 25 de Abril!  
Viva a Liberdade!  
Viva, é bom dizê-lo, o Povo de Timor Loro Sae!

*Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados*

#### Partido Socialista (PS)

António Bento da Silva Galamba  
António Jorge Freire de Brito Calvete  
António Manuel do Carmo Saleiro  
Carlos Alberto Dias dos Santos  
Isabel Maria dos Santos Barata  
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
Jovita de Fátima Romano Ladeira  
Laurentino José Monteiro Castro Dias  
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira  
Manuel Francisco dos Santos Valente  
Maria José Vidal do Rosário Campos  
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

#### Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro dos Santos Amaro  
Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto

Bruno Jorge Viegas Vitorino  
Carlos José das Neves Martins  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
José David Gomes Justino  
José Frederico de Lemos Salter Cid  
Luís Manuel Machado Rodrigues  
Manuel Filipe Correia de Jesus  
Maria Manuela Dias Ferreira Leite  
Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes  
Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Comunista Português (PCP)  
Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes  
José Honório Faria Gonçalves Novo  
Maria Luísa Raimundo Mesquita  
  
Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular  
(CDS-PP):  
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona  
  
A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL

**DIÁRIO  
da Assembleia da República**

Depósito legal n.º 8818/85

**IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.**

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

**PREÇO DESTE NÚMERO 240\$00 (IVA INCLUIDO 5%)**